

Fátima Santos

Assunto: FW: Pedido de parecer do Projeto de Resolução n.º 92/XII - "Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes"
Anexos: Pronuncia da AM de 04-02-2022.pdf; ATA do Conselho de Ilha de 23FEV2022.pdf

De: Belina Maria S. Leonardo <bleonardo@cmah.pt>

Enviada: 1 de abril de 2022 16:33

Para: Assuntos Parlamentares <assuntosparlamentares@alra.pt>

Cc: Marcos Duarte Couto <marcos.couto@ccah.eu>; Domingos Cunha <domingos.cunha@sapo.pt>

Assunto: RE: Pedido de parecer do Projeto de Resolução n.º 92/XII - "Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes"

Boa tarde,

Nos seguimento do vosso e-mail infra e do ofício n.º 609, de 2 de março findo, que acompanhou o mesmo, respeitante ao assunto em epígrafe, encarrega-me o Presidente do Conselho de Ilha, Dr. Marcos Couto de vos remeter a ata da reunião extraordinária do Conselho de Ilha de 23-02-2022 e pronuncia da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo em sua sessão extraordinária de 4 -02-2022, sobre o mesmo assunto.

De: Rui Silva <rsilva@alra.pt>

Enviada: 2 de março de 2022 10:16

Para: Angra <angra@cmah.pt>

Assunto: Pedido de parecer do Projeto de Resolução n.º 92/XII - "Pela suspensão das alterações ao modelo de transporte marítimo de passageiros e dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes"

Exmo. Senhor

Presidente do Conselho de Ilha da Terceira,

Encarrega-me o Senhor Presidente da Comissão de Economia de remeter a V. Exa. o ofício e iniciativa sobre o assunto em referência.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Silva

Assistente Técnico

Setor de Atividade Parlamentar

Assembleia Legislativa da R.A. Açores

Rua Marcelino Lima – 9901-858 Horta

Tif. +351 292207666

 www.alra.pt



 Proteja o ambiente! Não imprima este e-mail!

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem, assim como os ficheiros eventualmente anexos, é confidencial e reservada apenas ao conhecimento da(s) pessoa(s) nela indicada(s) como destinatária(s). Se não é o seu

destinatário, solicitamos que não faça qualquer uso do respetivo conteúdo e proceda à sua destruição, notificando o remetente.

LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: A segurança da transmissão de informação por via eletrónica não pode ser garantida pelo remetente, o qual, em consequência, não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de afetar a sua integridade.

CONFIDENTIALITY NOTICE: This message, as well as existing attached files, is confidential and intended exclusively for the individual(s) named as addressees. If you are not the intended recipient, you are kindly requested not to make any use whatsoever of its contents and to proceed to the destruction of the message, thereby notifying the sender.

DISCLAIMER: The sender of this message can not ensure the security of its electronical transmission and consequently does not accept liability for any fact which may interfere with the integrity of its content.

Praça Velha,
9701-857 Angra do Heroísmo
Tel. (+351) 295 401 700
www.angradoheroismo.pt



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
REALIZADA A 23 DE FEVEREIRO DE 2022.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois pelas nove horas e trinta minutos na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira na Praia da Vitória, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em sessão extraordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Presidentes de câmaras municipais:

José Gabriel do Álamo de Meneses – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Presidentes de assembleias municipais:

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. (Vice-presidente da Mesa).

Paulo Manuel Martins Luís – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. (1º Secretário da Mesa).

Membros eleitos pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo:

Carlos Henrique da Costa Neves, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória:

José Adriano Meneses Laranjo, Maria Judite Gomes Parreira, Valdemar Manuel Dias Toste, Valter Manuel Linhares Peres.

Presidentes de juntas de freguesia da ilha Terceira:

Tânia Costa – Junta de Freguesia de S. Bento (AH).

Maria Cecília Narciso V. Sousa Costa – Presidente da Junta de Freguesia da Sé (AH).

Paulo Rui Pacheco de Sousa – Presidente da Junta de Freguesia das Fontinhas (PV).

Representantes dos setores empresariais:

Marcos Duarte Machado do Couto – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. (Presidente da Mesa).

Helga da Rocha Barcelos – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Representante dos movimentos sindicais:

José Manuel Pimentel Dias – UGT.

Representantes das associações agrícolas:

José António Sozinho Azevedo – Associação Agrícola da Ilha Terceira. (2.º Secretário da Mesa).

Representante das associações não-governamentais ligadas à área do ambiente:

Paulo José Mendes Barcelos – Os Montanheiros.

Representante das associações de defesa da igualdade de género:

Raquel Azevedo Silva Cardoso Costa – UMAR.

Representante da universidade dos Açores:

Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho.

Deputados:

Rui Espínola (PSD), **Pedro Pinto** (CDS-PP).

Ausências não justificadas:

Representante dos movimentos sindicais:

Vítor Silva – CGTP.

Representantes das associações agrícolas:

Paulo Rocha – FRUTER.

Representante das instituições particulares de solidariedade social:

João Canedo Reis – URIPSSA.

Representante das associações do setor das pescas:

Paulo Rogério Pereira de Melo – Associação Terceirense de Armadores.

Deputados:

Andreia Costa (PS), **Berto Messias** (PS), **Rodolfo Franca** (PS), **Sérgio Ávila** (PS), **Tiago Lopes** (PS), **Guilhermina Silva** (PSD), **Luís Soares** (PSD), **Paulo Gomes** (PSD), **Alexandra Manes** (BE).

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Muito bom dia a todos. Vamos dar início à reunião do conselho de Ilha da Terceira com a discussão dos Transportes e Acessibilidades da ilha Terceira e a Taxa Municipal de Turismo, os dois pontos que constam na nossa Ordem de Trabalhos. Para uma análise mais concreta e objetiva, podemos dividir este ponto em dois subpontos, um relacionado com as ligações aéreas e um outro com a parte marítima.

Ponto 1 – Transportes e acessibilidades da ilha Terceira.

1.1 – Transportes aéreos.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): A Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo tem feito ao longo dos últimos meses, um conjunto de diligências em conjunto com um operador galego, no sentido de promover o destino Ilha Terceira, incluindo

também as ilhas de São Jorge e Graciosa, um trabalho que tem estado a ser feito com a SATA e a aerogare das Lajes, agregando também a TAP e a UNITED a respeito de uma ligação de Nova Iorque para a Terceira, numa iniciativa que me parece ter sido única ao longo dos últimos anos. Estas coisas levam tempo e nem sempre decorrem da forma rápida que desejaríamos mas começam já a dar os primeiros frutos.

A todo este trabalho, acresce a promoção do aeroporto das Lajes, algo que nunca tinha sido feito, visto que a região se fazia representar nas feiras de aviação, promoção e mostra dos aeroportos, exclusivamente através do aeroporto de Ponta Delgada. Desde que esta Câmara entrou em funções há um ano, começámos a aprofundar a promoção do nosso aeroporto e neste momento despertamos já o interesse de algumas companhias da América do norte e do norte da Europa com quem estamos a estabelecer conversações no sentido de começarem a viajar para cá, o que não acontecerá ainda este ano em que conseguimos esta operacionalização através da SATA com quem temos trabalhado e mantido uma relação de proximidade.

É importante referir que estas rotas não têm apoio governamental. O governo não financiou estas operações aéreas que são uma iniciativa da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo com recurso aos fundos comunitários e contam com o apoio das câmaras municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória. Agradeço o enorme apoio que a Câmara Municipal de Angra tem dado à Câmara do Comércio e todos conhecemos também o esforço que está a ser feito pela Câmara Municipal da Praia da Vitória que muito nos tem ajudado de acordo com a sua disponibilidade.

Estas rotas têm que se tornar lucrativas porque não beneficiam de qualquer financiamento; o que existe é um grande trabalho de promoção do destino Açores, que este ano terá três pontos altos com a presença na BTL e nas Feiras de Turismo de Nova Iorque, de Boston e de Londres.

Esta promoção é possível através do auxílio financeiro das câmaras municipais da ilha, de uma forma mais robusta por parte da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Temos que trabalhar muito para que a rota seja rentável, caso contrário, corre o risco de desaparecer se não conseguirmos captar fluxos turísticos. Com a Câmara do Comércio de Angra é o mercado que funciona sem subterfúgios e financiamentos escondidos. Conosco tudo é claro e objetivo no que diz respeito à grande celeuma que tem sido levantada a respeito da rota de Monte Real que é uma rota comercial e não de emigrantes. Havendo emigrantes, tanto melhor, mas esse tempo já passou e esta rota não foi criada para os emigrantes. É bom que fique claro que existe um empenho enorme com vista ao sucesso de todas as rotas anunciadas.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, caros colegas conselheiros. Começo por felicitar a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo pela ação dinâmica que tem desenvolvido a favor de um dos grandes problemas que a ilha Terceira enfrenta e a iniquidade como tem sido tratado o transporte aéreo nos Açores que, a breve ou médio prazo, levará a uma centralização, o que nos conduz a este movimento em defesa de algo que nos é essencial.

A intervenção do senhor presidente da Mesa deixa-me algumas interrogações que, decerto, vamos esclarecer ao longo deste debate. Notícias recentes anunciam a existência de um acordo entre a EASYJET e a SATA que consiste em fazer voar a EASYJET para Ponta Delgada, ficando a SATA incumbida de levar os passageiros para outras cinco ilhas dos Açores. Entretanto e apesar das várias diligências desenvolvidas, não tenho notícia da existência de alguma solução para os voos da RYANAIR. Salvo erro, os voos aqui referidos pelo senhor presidente da Mesa são provenientes do estrangeiro e continua por resolver o problema respeitante aos voos do interior do país.

Uma forma de lutar pelos interesses legítimos da ilha Terceira é procurar depender de nós próprios, assumindo as questões essenciais em termos de equidade no tratamento. Isto significa que a ilha Terceira vai depender das regras de mercado, concorrendo com outros que beneficiam de apoios? Haverá voos se houver passageiros, mantendo-se de uma forma desorganizada ou subterrânea – e estou a medir as palavras – a concentração dos voos do exterior numa determinada ilha da região, quando outras têm condições para complementar? Nada tenho contra as outras ilhas, apenas estou a favor da minha e das necessidades da região e o que me importa são as condições com que a minha ilha pode contribuir para a região e para si própria. Estou a tentar perceber se isto representa uma política a aplicar a todos ou se vamos andar num corredor paralelo.

Não me abstenho nem me ponho de fora dessa discussão acerca de deixarmos de contar com os outros, mas pergunto qual o papel da ATA e do Governo Regional e como funcionam os tais financiamentos subterrâneos a que o senhor presidente do Conselho de Ilha, indiretamente aludia na sua intervenção. Como enfrentamos tudo isso?

Quero assinalar pela positiva o facto de a Assembleia Municipal ter aprovado recentemente por unanimidade uma pronúncia por iniciativa própria sobre os assuntos de interesse para a ilha Terceira e para o concelho de Angra do Heroísmo em particular, relativamente aos transportes. Acho que tudo isto sairia reforçado se este Conselho de Ilha conjugasse posições sobre o tema com a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e, eventualmente, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória. Deixo aqui a sugestão para tratarmos estes assuntos de forma combinada.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Bom dia a todos. Com a devida vénia, começo por fazer minhas as palavras do doutor Costa Neves e, pegando na parte final da sua intervenção, lembro que esta é uma questão que há muito nos acompanha e a Assembleia Municipal tinha-se pronunciado já em 2018 exatamente no mesmo sentido em que o fez nesta sua última sessão extraordinária no dia 4 de fevereiro.

Estas questões dos transportes e acessibilidades à ilha Terceira têm-se mantido no centro do debate político ao nível municipal, de ilha e também ao nível regional, (há que o reconhecer), mas não dão sinais de nos deixar tão cedo, antes pelo contrário, encaminham-se para uma situação ainda mais crítica.

Gostaria de sugerir ao senhor presidente da Assembleia Municipal de Angra que aquela pronúncia feita pela Assembleia Municipal sirva também de base ao debate deste Conselho de Ilha. É importante que esse texto seja tido em consideração porque assim faremos justiça a toda esta história que se gerou em 2018.

Não podemos cair numa situação de desfavor em relação a outras parcelas do arquipélago porque o orçamento da região autónoma dos Açores, tanto pertence à Terceira como a São Miguel ou a outra qualquer ilha; não pode ser usado a favor de uns, desfavorecendo outros, levando a situações injustas de competitividade entre as ilhas.

Agora mais do que nunca, temos que olhar para a situação da SATA, cujo défice será inevitavelmente pago por todos nós e não apenas pela ilha de S. Miguel. As verbas do atual plano destinadas à SATA equivalem à terceira maior ilha do arquipélago em termos financeiros e aproximam-se perigosamente da segunda ilha que somos nós, um preço que todos estamos a pagar pesadamente.

É preciso não esquecer que a SATA não criou este défice a voar para a ilha Terceira. Depois de chegar à situação em que se encontra, passou a demonstrar alguma abertura em voar para cá, mas volto a lembrar os tempos em que andámos a choramingar por um voo para o Porto e outras coisas relativamente menores que não obtivemos.

Não recaí sobre nós a responsabilidade pelo atual défice da SATA e não nos podemos deixar ficar para trás. Lendo alguns articulistas recentes, parece que o problema da SATA são estes voos para a Terceira, mas tudo começou muito antes num tempo em que nem para cá voavam e era a TAP que fazia as ligações daqui para Lisboa. Refiro-me à SATA que voa para o exterior e não à SATA Air Açores.

Não nos venham dizer que este problema existe por causa da ilha Terceira. Ainda esta semana vi um artigo profundamente bairrista e ofensivo por parte de quem vive nesta ilha, dando a entender que fomos nós que criámos uma desgraça e somos responsáveis pelo que está a acontecer àquela empresa. Não foi o que aconteceu e é bom que nunca esqueçamos a história e a forma como as coisas nasceram. Aqueles que andam há mais tempo nisto têm a obrigação de lembrar constantemente que não foi daqui que surgiram os problemas da SATA que todos estamos a pagar e não é esta a forma correta de se abordar o problema.

Não nos podemos deixar encurralar nas soluções SATA, aceitando que nos acusem deste preço político e nos digam que esta desgraça foi criada por estes voos. Por razões óbvias, tenho sérias dúvidas sobre a sustentabilidade de qualquer solução assente nesse princípio, de acordo também com o que está a acontecer na relação com Bruxelas e o que, seguramente, acontecerá dentro de relativamente pouco tempo.

Quando falamos de transporte aéreo, estas questões devem se colocadas à cabeça. Temos na ilha Terceira, algumas condições para nos auto promovermos, mas não dispomos de potência orçamental nem da capacidade para fazermos o que, legalmente, compete ao governo da região autónoma dos Açores. Por mais boa vontade ou dinheiro que tenhamos ou venhamos a ter, não temos condições para nos substituímos a quem

tem o dever institucional de fazer essa promoção e resolver as questões das acessibilidades à região. A Câmara Municipal e a Câmara do Comércio de Angra, através de uma excelente colaboração, demonstraram uma enorme capacidade de pôr sempre algo em cima de qualquer coisa, mas apenas num caminho de complementaridade e se essa outra «qualquer coisa» não existir, todos os nossos esforços serão vãos ou de pouco efeito.

Volto a sugerir que usemos como base desta nossa discussão, o que foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal de Angra com vista a facilitar também o texto final que, inevitavelmente, terá que sair deste Conselho de Ilha.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Não pretendo intervir em defesa da SATA, do Governo Regional ou de quem quer que seja, até porque continuo a achar que a ilha Terceira continua sozinha mas, pelo menos, não estamos mal acompanhados. Tem havido uma postura de encosto para vermos se nos calham algumas migalhas que outros não querem, mas essa não é a postura que deve ser adotada pela Câmara do Comércio ou pela ilha Terceira.

As questões relativas à promoção dos Açores são sempre muito complexas. Desde que o Governo Regional deixou de fazer parte da Associação de Turismo dos Açores, passou a existir mais ou menos uma anarquia sem linhas orientadoras, aquilo é tudo privado, cada um rapa para si e é um «ver se te avias».

Esta posição que foi tomada pela Câmara do Comércio deve-se à inexistência de uma estrutura de promoção dos Açores. A ATA é governada por privados, concretiza os contratos programa, recebe dinheiros públicos, faz a sua gestão e apresenta as despesas mas não funciona do ponto de vista da comunicação interna e da promoção externa da região. Dando-vos um exemplo prático, durante o ano passado, estiveram em São Miguel por volta de quarenta *influencers*. Quantos vieram à Terceira? Zero.

A ATA não promove a região de forma equitativa e o Governo Regional não tem nela representação, o que torna as coisas ainda mais difíceis. Enquanto não se acabar com esta anarquia e a ATA não desenvolver uma política regional de turismo, teremos que esgravatar para nós até que as coisas estejam minimamente organizadas e possamos juntar esforços.

Após as reivindicações feitas pela Câmara do Comércio, a Associação de Turismo dos Açores veio à ilha Terceira e assumiu um compromisso financeiro no valor de meio milhão de euros, sendo 250 mil destinados ao mercado alemão, à promoção de uma rota para Dusseldorf, e outros 250 mil para o mercado nacional. Devido às dificuldades financeiras, porque lhes dá na cabeça e acham que as coisas devem ser assim, afinal serão apenas 200 mil e ainda não assinámos o protocolo. Do alto do seu poder, acham que podem gerir o dinheiro como lhes convém e voltam atrás com a palavra. Para os terceirenses não pensarem que mandam nisto e têm razão em tudo, já não terão 250; levam apenas 200, mas nem 250, nem 200, nem nada e esta anarquia total que se passa na ATA levou a que a Câmara do Comércio assumisse a promoção das ilhas, Terceira, Graciosa e São Jorge.

Há pouco o doutor Carlos Costa Neves levantou, e muito bem, a questão da RYANAIR. Na passada segunda-feira tive uma reunião bastante produtiva com o «Turismo de Portugal», alertei também o Governo Regional e abordei outras instâncias a respeito do futuro daquela companhia na ilha Terceira e ninguém me responde. O que me foi dito pelo «Turismo de Portugal» é que existirão negociações entre o Governo dos Açores e o Governo da República mas a verdade é que estamos apenas a seis meses do final do contrato. A Madeira acabou de fechar um contrato com a RYANAIR para voar para o Funchal, na Terceira ninguém se mexeu e não foi por falta de chamadas de atenção por parte da Câmara do Comércio ao «Turismo de Portugal» e ao Governo Regional para a importância da resolução deste problema. Quando esta direção tomou posse há um ano, a primeira coisa que fizemos, foi chamar a atenção para a situação da RYANAIR e continuamos a aguardar que o problema se resolva.

Concordo plenamente com os senhores conselheiros, José Álamo de Meneses e Carlos Costa Neves quando dizem que não podemos ficar exclusivamente nas mãos da SATA, por isso tive também três reuniões com o conselho de administração da TAP e há trabalho a fazer. Assegurados os voos externos, os voos inter ilhas virão um pouco na sequência de todo este trabalho que temos estado a fazer, lembrando ao Governo Regional, ao Governo da República e ao «Turismo de Portugal», a urgência da resolução do problema da RYANAIR, seguindo o exemplo da Madeira. É importante incentivar a TAP a manter as rotas para a ilha Terceira e temos que trabalhar junto da SATA para que mantenha e reforce também essas ligações.

Neste momento a ilha Terceira tem mais ligações a Portugal continental do que alguma vez teve. Se não estou em erro, com a RYANAIR, a SATA e a TAP temos 25 ou 26 ligações semanais com o continente mas há ainda muito trabalho a fazer porque, em boa verdade, até hoje ninguém promoveu a ilha Terceira. Desafio os senhores conselheiros a consultarem o *site* «Visit Azores» que foi criado pela ATA, onde se promove a ilha de São Miguel e não, os Açores.

Vou ficando cada vez mais por dentro da política de funcionamento da ATA e sei como tudo aquilo funciona. O *site* promove a ilha de São Miguel, por isso criámos o «Explore Terceira» para promovermos a nossa ilha porque ninguém o fará por nós, mas tudo isto faz parte de um trabalho de promoção junto de Portugal continental.

Quanto à equidade de tratamento e a distribuição de apoios para a ilha de São Miguel ou para a Terceira, é bom que fique claro mais uma vez que as companhias aéreas não podem receber dinheiro. O que se fez até hoje não pode continuar, por isso temos estado a trabalhar na promoção das rotas para Monte Real, Nova Iorque e Califórnia. Marcamos presença nas feiras e fazemos muito trabalho digital *online* para tornarmos estas rotas rentáveis. O voo de Nova Iorque é operado pela SATA com o código TAP, o que permite ligar também a UNITED.

A verdade é que até agora ficámos à espera que o Governo Regional fizesse as coisas por nós e é tempo de fazermos mais alguma coisa além de falar alto. Dando graças a Deus, temos tido o apoio de onde é necessário até que o Governo perceba que deve haver um

tratamento igual. O que foi feito acerca da promoção das rotas anteriores não pode voltar a fazer-se e as rotas terão que ser rentáveis para a ilha Terceira.

O nosso handicap é que levamos vinte ou trinta anos de atraso enquanto a ilha de São Miguel trabalha autonomamente há vinte anos. A VINCI está presente na ROOTS de forma autónoma e os Açores eram representados nas feiras de companhias aéreas através da ATA e da VINCI que promovia apenas o aeroporto de Ponta Delgada. Quando estivemos presentes na ROOTS em novembro passado, constatámos que ninguém tinha conhecimento do aeroporto das Lajes. Não sabiam que possuímos a única placa de estacionamento dos Açores com 22 *slots* devido ao acordo feito recentemente com os americanos. Ninguém mais nos Açores tem esta capacidade de 22 *slots* de estacionamento. Existe a ideia de que o aeroporto das Lajes é militar e não se pode voar para cá. Esclarecemos que aquilo já não é militar, os militares querem que se voe para cá e já estamos a trabalhar com 23 *slots* mas levamos vinte anos de atraso. Isto levará tempo e custa dinheiro.

Sra. conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): Muito bom dia a todos. Começo por enaltecer o trabalho feito pela Câmara do Comércio e congratulo também a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo pela tomada de posição acerca desta matéria, porque foi a partir daí que tudo começou.

Há muito que bem sendo debatida a devolução da centralidade à ilha Terceira e, como representante deste município, tenho também esta preocupação. Gostaria que ficasse aqui assente que o município da Praia da Vitória gostaria de ser mais parceiro e oferecer melhores condições à Câmara do Comércio e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Face à situação em que se encontra o município da Praia da Vitória, não nos é possível investir da forma que gostaríamos, o que não nos impede de assumirmos as nossas responsabilidades, tentando ser os melhores parceiros na defesa dos interesses da ilha Terceira. Foi este o compromisso que assumi e não vejo o concelho da Praia da Vitória como um só. Para mim, só uma forte parceria fará sentido e já transmiti ao senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que pode contar com o município da Praia da Vitória.

O lema diz que a união faz a força, estão aqui representadas muitas outras instituições e as coisas só farão sentido se todos derem o seu contributo. Vemos uma grande evolução no sentido positivo e sinais claros de que todos pretendemos o melhor para a ilha Terceira e as coisas já estão a correr muito melhor, fruto de muito trabalho. O município da Praia da Vitória tudo fará para ser o melhor parceiro.

Sr. conselheiro José Azevedo (AAIT): Bom dia senhor presidente da Mesa, caros conselheiros. Começo também por louvar o trabalho difícil que tem sido levado a cabo pela Câmara do Comércio, do qual, como disse o senhor presidente, se esperam frutos já em 2023.

A ilha Terceira tem todas as condições para ser um *hub* estratégico de distribuição de fluxos turísticos, mais concretamente para o grupo central do arquipélago. Essas

operações só terão sucesso se houver fluxos de turismo sustentáveis ao longo do tempo e é certo que as companhias aéreas terão em conta uma primeira análise do reflexo financeiro dessas ligações à ilha Terceira.

Estamos a reunir neste Conselho em defesa da nossa ilha mas temos que fazer uma abordagem estratégica mais abrangente, envolvendo todo o grupo central porque a maior parte dos turistas que se deslocam aos Açores não pretendem visitar apenas uma ilha. Temos que vender pacotes turísticos de duas ou três ilhas tendo a Terceira como ponto de referência, como tem sido feito em São Miguel em que foram feitos reencaminhamentos a custo zero que deixaram de existir. Temos a oportunidade de lançar um modelo pensado ao jeito da ilha Terceira que nos traga o devido retorno.

Com o fim do reencaminhamento gratuito, talvez o Governo Regional devesse ter em atenção a isenção ou redução das taxas aeroportuárias como forma de ajudar a alavancagem do turismo na região. Não se pode financiar as companhias aéreas mas há outras formas de apoio no sentido de tornar mais apetecíveis as viagens para a região. Quem nos pretende visitar, acaba por fazer uma avaliação do valor do pacote de acordo com o dinheiro disponível para a viagem. A redução do custo destes pacotes turísticos poderá ajudar-nos a promover melhor a ilha Terceira, o grupo central e toda a região autónoma, organizando por exemplo, visitas a explorações leiteiras, a ganadarias, etc.

Cada ilha tem as suas especificidades e os pacotes turísticos devem evidenciar o que temos de mais natural e nos diferencia de outros locais. Não possuímos um clima tropical mas temos muito para oferecer que não existe noutras regiões do globo. Se nos focarmos apenas numa lógica da ilha Terceira, acabaremos por oferecer muito menos, daí a necessidade de uma abrangência mais alargada.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): Saúdo o senhor presidente da Mesa, os restantes conselheiros, a comunicação social e os demais aqui presentes. Gostaria de agradecer e dar os parabéns à Câmara do Comércio pelo excelente trabalho que está a levar a cabo e subscrevo também as intervenções sem eufemismos do doutor Costa Neves e do senhor professor Álamo de Meneses. Há muito que falamos neste assunto que é recorrente, mereceu já alguns textos agressivos e mesmo assim não vemos novidades, por isso concordo que a pronúncia da Assembleia Municipal de Angra seja aqui incluída com vista a uma melhor abordagem da situação.

Temos que agradecer à Câmara do Comércio a ideia de sermos nós a avançar e a fazer, caso contrário, nada vai acontecer. Embora possa parecer um pouco assustador, não é fatalidade nenhuma o facto de termos que avançar sozinhos para sobrevivermos porque a necessidade aguça o engenho, temos gente capaz e está a ser feito um bom trabalho por parte da Câmara do Comércio em conjunto com as câmaras municipais. Estamos cá para isso e vamos trabalhar mas não podemos aceitar que nos deixem orgulhosamente sós porque fazemos parte de uma região, os dinheiros são públicos e tudo isto custa dinheiro.

Estamos a trabalhar e a demonstrar competências e devemos ser compensados com os apoios que nos são devidos para podermos fazer o caminho em conjunto. Estamos a trabalhar e temos um menu para apresentar mas precisamos de apoio para a sua concretização. Deve ser também colocado em cima da mesa o texto que foi aprovado na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, além de outros argumentos que sejam aqui apresentados.

Sr. conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Bom dia senhor presidente da Mesa, caros conselheiros e conselheiras. Não sendo dos mais antigos, tenho já alguma bagagem neste Conselho de Ilha, por isso posso afirmar que temos estado a falar sozinhos, pelo menos nos últimos cinco anos. Lembro que chegou a ser defendida a privatização da aerogare civil das Lajes para que a Terceira não ficasse isolada e fôssemos colocados nos mapas de divulgação mundial dos aeroportos.

Nos últimos anos houve pavilhões dos Açores, de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória na BTL, mas temos estado sozinhos no que diz respeito à promoção da ilha Terceira, e é perfeitamente consensual dizer-se que a saída do Governo Regional da Associação de Turismo dos Açores em 2018 foi um erro porque, se já estávamos sós, mais sós ficámos. Sendo a ATA uma empresa privada, os privados que a compõem defenderão os seus interesses e se os mesmos não coincidirem com os interesses da ilha Terceira, azar o nosso.

Não pretendo dizer que a anterior direção não tenha feito um bom trabalho, mas ainda bem que houve esta mudança de postura por parte da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo desde há um ano a esta parte. Para além das palavras, estamos a obter resultados e a CCAH passou a ser um *player* muito importante na promoção do turismo da ilha Terceira.

O modelo de promoção anterior consistia na entrega de dinheiro às companhias aéreas para voarem para cá, algo que já não é possível, como foi aqui dito pelo senhor presidente da Câmara do Comércio. A promoção da ilha Terceira passa também por um processo criativo e o texto da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, consensualizado por todos, é um excelente ponto de partida para reafirmarmos os interesses da ilha Terceira neste Conselho de Ilha.

A EASYJET não voa diretamente para os Açores mas faz parte de uma rede europeia e tem uma parceria com a SATA, utilizando os *gateways* de Lisboa e do Porto em *codeshare*, o chamado «Worldwide by easyjet», para transportar os passageiros provenientes dos destinos europeus da EASYJET para os cinco *gateways* dos Açores. As últimas notícias falam da rentabilidade dessas novas rotas e na questão dos apoios subjacentes da União Europeia, o que nos deixa com algumas esperanças.

Sra. conselheira Helga Barcelos (CCA): Começo por desejar um bom dia a todos, dizendo que é sempre um prazer participar neste Conselho de Ilha onde estão verdadeiros terceirenses, lutando a uma só voz pelos interesses da ilha Terceira.

Tem sido um prazer enorme trabalhar na Câmara do Comércio, fazendo parte daquela equipa com a direção do Marcos Couto, que está no sítio certo onde pode ser um bairrista lutador pelos interesses da ilha Terceira. São ainda escassas as conquistas que temos alcançado e preocupa-me o facto de sermos uma ilha tão rica com muito para oferecer em termos turísticos e acabamos por ser os primeiros a recear que os voos não venham cheios de passageiros ou que a ilha não consiga dar as respetivas respostas.

Tendo em conta o que disse o professor Álamo de Meneses a respeito da publicação de alguns artigos incomodativos quando foi noticiado o voo Monte Real/Terceira, estou também indignada com o que tenho lido, incluindo algumas críticas de emigrantes que estão muito chateados porque terão que desembarcar na ilha Terceira e não, em São Miguel. Esquecem-se dos emigrantes de São Jorge, do Pico, da Graciosa e da Terceira que, durante muitos anos, tiveram que desembarcar em São Miguel para depois serem transferidos para as suas ilhas? Parece-lhes uma ofensa muito grande, o facto de desembarcarem na suposta segunda ilha.

Temos que lembrar às pessoas com quem lidamos que nunca nos devemos considerar a segunda ilha porque temos os mesmos direitos e pagamos de igual forma. Está toda a gente muito preocupada que a dívida da SATA aumente com este voo Monte Real/Terceira, mas ninguém criticou os imensos voos sem passageiros que foram feitos para São Miguel durante muitos anos. Agora a culpa do buraco financeiro da SATA é este voo de Monte Real para a Terceira? Peço desculpa pelo desabafo porque ouvi este comentário feito por terceirenses, o que, para mim é inadmissível, e não podemos ser os primeiros a dar razão ao que os outros querem.

Os destinos turísticos não consistem apenas nas belezas naturais. A ilha de São Miguel tem muitas belezas naturais mas, quanto a mim, a ilha Terceira tem a vista mais açoriana de todas; refiro-me à Serra do Cume que é um autêntico postal turístico, mas temos também cultura, gastronomia e um património histórico inigualável que não está a ser devidamente potenciado. Há muita gente que viaja apenas pelas questões históricas e gosta de as transmitir aos filhos. Interessam-se pela nossa ligação aos americanos, pela importância da nossa história em termos militares, pela presença dos espanhóis na ilha Terceira e querem conhecer a fortaleza de São João Batista. Temos tanto para promover ao nível do turismo.

Fico muito indignada pelo facto de o aeroporto das Lajes não ser conhecido na ROOTS quando, durante muitos anos, a nossa pista foi considerada a 7ª melhor do mundo. Deixou-se cair no esquecimento porque havia essa intenção, fazendo com que um crescesse em detrimento dos outros. Olhando para o exemplo das Canárias, todas as ilhas se desenvolveram de forma equitativa, e é o que temos que fazer nos Açores.

Sr. conselheiro José Pimentel Dias (UGT): Bom dia senhor presidente da Mesa e restantes conselheiros. Gostaria de ter acesso à deliberação da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo que aprovou por unanimidade esta temática dos transportes, porque não a conheço.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Deve constar no *site* da Câmara Municipal.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Vamos tentar disponibilizar o documento aos senhores conselheiros ainda no decorrer dos nossos trabalhos.

Além da Terceira, a Câmara do Comércio abrange também as ilhas de São Jorge e da Graciosa na sua área de influência e temos estado a fazer um trabalho de promoção junto das restantes ilhas dos grupos central e ocidental que passa também por sensibilizar a TAP e a SATA de que a porta de entrada pode e deve ser a ilha Terceira com o devido reencaminhamento para as outras ilhas, além de todo o trabalho turístico que se pode fazer a partir daí.

Quanto às taxas aeroportuárias referidas pelo senhor conselheiro José Azevedo, está a ser feito um bom trabalho de proximidade entre a Câmara do Comércio e a administração da aerogare civil das Lajes. Fruto do trabalho que foi feito na ROOTS, que tem tido um *follow up* nestes últimos meses, fomos recentemente contactados por um dos quatro maiores grupos mundiais de aviação comercial que pretende voar para a Terceira.

A questão dos incentivos e das isenções das taxas faz parte da negociação que está em curso mas temos um grande handicap porque o preço do combustível é cerca de 30% mais caro na ilha Terceira em relação a São Miguel devido à baixa capacidade dos nossos tanques de armazenamento e ao longo percurso do transporte do combustível que é feito de camião, o que encarece toda a operação. Estamos, de alguma forma, a conseguir minimizar os custos, mas a ilha Terceira precisa de aumentar urgentemente a capacidade dos tanques de armazenamento para combater este entrave dos elevados valores do preço do combustível.

A privatização da aerogare civil das Lajes seria um tremendo erro estratégico. Vejam o que a VINCI faz nos aeroportos portugueses, não promove também o aeroporto da Horta e morreríamos logo que lhe entregássemos o nosso porque não somos competitivos e eles alimentariam exclusivamente o aeroporto de Ponta Delgada.

Talvez a privatização fosse um mal menor no panorama anterior mas, o que temos que fazer daqui para a frente, é capitalizar e dar continuidade ao trabalho que tem sido feito, criar condições para baixar as taxas aeroportuárias, resolver as questões do combustível, melhorar a situação do SEF e continuar a promover a operação. Na minha opinião, não devemos pôr o nosso aeroporto nas mãos da VINCI.

Aquele eterno argumento de que a Terceira nada tem para oferecer, não é verdadeiro. É verdade que não temos paisagens turísticas como as de São Miguel mas temos o que mais ninguém tem. Dávamos os paus para as colheres porque que não tínhamos uma oferta turística devidamente estruturada internamente e as pessoas não percebiam o que vinham cá fazer mas, fruto das suas várias parcerias, a Câmara do Comércio tem feito um trabalho fortíssimo junto do «Explore Terceira» que em breve será visto em todo o lado com ofertas devidamente estruturadas. Numa primeira fase vai sair daqui uma promoção muito forte e a partir daí só temos que continuar a trabalhar o nosso destino turístico.

Estas minhas intervenções vão no sentido de esclarecer os senhores conselheiros acerca do que está a ser feito para que possamos argumentar com fundamento e conhecimento de causa quando somos atacados ou alguém nos diz que não temos isto ou aquilo. Temos muito para oferecer e estamos a trabalhar arduamente nesse sentido.

Sr. conselheiro José Toste (AMAH): Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, demais conselheiros. À semelhança do que foi feito por outros conselheiros, recomendo também que seja colocada à discussão e tida em conta, a pronúncia criada pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo no sentido de alcançarmos uma certa dimensão de ilha.

Foram anunciadas algumas rotas novas no âmbito do verão IATA 2022 que nos suscitam algumas preocupações, uma delas já aqui exposta pelo professor Álamo de Meneses. Estas novas rotas poderão levar a alguma contra argumentação, arcando com as culpas pelo atual estado da SATA. No fundo, a ilha Terceira é o cordeiro de Deus que vai tirar ou assumir o pecado económico de toda a região, um papel que não aceitamos porque não nos serve.

Uma segunda preocupação prende-se com a data tardia em que essas mesmas rotas foram anunciadas para o verão IATA 2022 quando, em regra, as planificações devem ser feitas em novembro ou dezembro para que a promoção do destino turístico seja feita atempadamente. Receio que não haja tempo suficiente para uma promoção adequada com o risco de não alcançarmos o fluxo turístico esperado, dando argumentos àqueles que, alegadamente, dizem que os turistas não querem vir para a Terceira. Não se sabe bem quem o disse mas foi o que veio reportado na comunicação social.

Vejo com bons olhos o facto de a Câmara do Comércio estar já a planear o verão IATA 2023, com algum receio de que venha a ser fortemente condicionado pelo verão IATA 2022 devido à possibilidade de alguma precipitação no anúncio de rotas, que são benéficas para a Terceira, desde que os fluxos turísticos sejam devidamente canalizados.

Como foi já aqui dito, estamos por nossa conta e temos que fazer com que o mercado funcione e se as rotas não forem rentáveis, tudo voltará para trás. Não conhecemos os possíveis condicionamentos da captação de fluxos e da rentabilidade dessas rotas, tendo em conta que foram anunciadas tardiamente em fevereiro com o verão IATA 2022 à porta.

Há já algum tempo que se vem alertando para a situação da RYANAIR. A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo levantou a questão em sede de parecer ao orçamento da região e voltou a fazê-lo através da pronúncia criada na sua sessão extraordinária do passado dia 4 de fevereiro. Aparentemente, não temos ainda respostas, sendo certo que a substituição desses voos nunca deverá ser feita pela SATA. É importante que esta rota continue a ser operada pela RYANAIR para que a ilha Terceira se mantenha ligada a uma rede que nos possibilite a captação de fluxos turísticos internacionais.

Foi referido na Assembleia Legislativa Regional que estaria a ser estudada uma alternativa aos reencaminhamentos gratuitos inter ilhas para os cidadãos não residentes. É

importante que esta solução não seja anunciada em vésperas do início da época alta para que as pessoas disponham do tempo necessário para planearem as suas viagens.

Felicitto a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo pela tomada da dianteira na promoção do destino Terceira quando outros não o fazem, mas penso que não nos devemos substituir a quem tem o dever de o fazer. É injusto que essa promoção acabe por ser feita com base nos orçamentos municipais, quando os demais destinos como o de Ponta Delgada, são financiados pelo orçamento da região. Por mais esforços que façamos, os orçamentos municipais não poderão suportar a promoção do destino Terceira de forma continuada.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): É bom salientar aqui que temos uma lufada de ar fresco na Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo – algo que não acontecia há muitos anos – e a última vez que tivemos alguma promoção focada em torno da ilha Terceira, aconteceu nos tempos iniciais da ART (Associação Regional de Turismo) que se dissolveu rapidamente no universo ATA, acabando por se transformar num organismo sem qualquer interesse. Em forma de protesto, a Câmara Municipal de Angra acabou por abandonar a ART há uns anos por achar que não cumpria os objetivos para os quais tinha sido criada.

Louvo esta lufada de ar fresco e o empenho que o Marcos Couto tem dedicado a esta matéria, o que fez uma grande diferença na forma como hoje nos vemos enquanto entidades com responsabilidades na promoção e organização de tudo isto. Há aqui muito trabalho feito que começa já a dar frutos.

É certo que não podemos nem devemos assumir todo o trabalho de promoção turística porque fazemos parte de um todo numa região autónoma e estamos a pagar muito bem os desvarios que aconteceram na promoção de outros sítios. Em abono da verdade, a SATA acumulou aquela dívida devido a uma má política, uma situação que não podemos ignorar porque a estamos a pagar.

Fazendo a ponte para o tema seguinte da nossa Ordem de Trabalhos, enquanto ilha e face aos nossos interesses e às circunstâncias que nos rodeiam, temos que ser capazes de financiar de forma autónoma a nossa própria promoção sem nos substituímos a quem tem a obrigação de o fazer. Fica aqui mais uma vez o meu louvor e agradecimento à direção da Câmara do Comércio, em particular ao seu presidente Marcos Couto, pelo percurso que tem vindo a ser feito neste âmbito.

Há uma outra questão que me parece complementar esta discussão. Num trabalho conjunto entre as câmaras municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, foi elaborado, já está pronto e em vias de impressão, o primeiro guia profissional para as livrarias da ilha Terceira. Há pouco estava a tentar saber através do meu telemóvel se estaria já em condições de ser fisicamente lançado na BTL onde vamos marcar presença em conjunto com a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, mas a empresa em causa, a «Foge Comigo», está a ter algumas dificuldades na obtenção do papel necessário para impressão; contudo, estou certo que teremos o guia pronto dentro de pouco tempo.

Temos um outro guia em língua francesa que começou a ser elaborado há dois anos quando foram anunciadas as rotas para Paris que, afinal, acabaram em nada. O guia está pronto e vai ser impresso por uma empresa francesa chamada «Petit Futé».

Estes trabalhos que têm vindo a ser feitos com a Câmara do Comércio são fundamentais e a única forma real de agitarmos o marasmo regional. Quando começamos a aparecer, vemos a agitar-se por aí algumas folhas e fazemos com que as coisas sigam pelo caminho que se pretende. Dentro das nossas possibilidades e com o apoio da Câmara Municipal da Praia da Vitória, estamos disponíveis para continuar a financiar porque a promoção dos territórios é também uma competência legal dos municípios. Contudo, temos que aumentar um pouco a exigência, dizendo que não abdicamos da fatia do bolo regional a que temos direito porque não somos uma coisa menor.

Sendo dos que estou aqui há mais tempo e olhando para o histórico, as coisas não eram melhores quando o Governo Regional fazia parte da Associação Regional de Turismo, antes pelo contrário, não me parece que esse seja o momento marcante da viragem. Face aos interesses desta ilha, devemos ter a capacidade de nos auto promovermos, indo buscar ao orçamento regional e aos fundos comunitários ao dispor da região, a justa fatia financeira de que tanto necessitamos.

Não podemos entregar o nosso futuro a uma única entidade privada composta por sócios que, como foi aqui dito, têm os seus próprios e legítimos interesses, mas não podem ter o acesso exclusivo ao financiamento público ao qual temos direito em condições de igualdade e justiça de acordo com o peso da nossa demografia e economia.

O apelo que faço a este Conselho de Ilha vai no sentido de nos unirmos em torno da pronúncia feita pela Assembleia Municipal de Angra que temos já em cima da mesa e também daquilo que é do nosso interesse, fazendo sentir junto do Governo Regional e da opinião pública que a Câmara do Comércio deve ser respeitada e não é o Marcos Couto a falar sozinho, é uma voz que nos representa a todos. Agradeço mais uma vez ao Marcos Couto e à direção da Câmara do Comércio pelo enorme esforço e percurso já feito que nos permite estar nesta posição.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Em nome da Câmara do Comércio, agradeço ao senhor professor Álamo de Meneses pelas amáveis palavras.

Sr. conselheiro José Azevedo (AAIT): A questão levantada há pouco por Marcos Couto acerca do transtorno provocado pelo preço dos combustíveis no aeroporto das Lajes, fez-me lembrar uma situação que foi discutida neste Conselho de Ilha em 2019 ou 2020, (não estou bem certo), em que, numa reunião tida com a «Portos dos Açores», se constatou que o custo da descarga de cereais no Porto da Praia da Vitória era muito mais elevado em relação ao porto de Ponta Delgada. Visto que as empresas transformadoras de rações da ilha de São Miguel, a Associação Agrícola que está localizada em Santana na Ribeira Grande e a do Braz situada na zona da Lagoa, tinham custos significativos nos transportes terrestres, o Governo Regional suportava o custo das taxas portuárias para que houvesse equidade no custo do cereal à entrada nas fábricas.

Ao questionarmos a respeito da discrepância de preços das descargas de cereais nos respetivos portos, foi-nos dito que as nossas taxas portuárias eram mais elevadas visto que, praticamente todas as fábricas de rações da ilha Terceira, estavam concentradas no parque industrial da Praia da Vitória. Foi esta a justificação que nos foi dada. Assim sendo, na ilha Terceira os combustíveis são 30% mais caros só porque têm que ser transportados para o aeroporto?

Não se verificando um espírito de igualdade nos custos das operações aéreas entre os dois aeroportos, este Conselho de Ilha e a Câmara do Comércio devem intervir para que os combustíveis sejam fornecidos aos aviões ao mesmo preço e não pode haver diferenciação por falta de condições do porto.

Tendo havido no passado, apoios governamentais no sentido de minimizar os custos de fábricas privadas, é preciso lembrar que o nosso aeroporto está ao serviço das empresas e das pessoas de um modo geral, por isso não podemos ser penalizados com custos de combustíveis diferenciados em relação a outros aeroportos, concretamente o de Ponta Delgada.

Não nos faltarão argumentos para debater este assunto e devemos aproveitar os fundos do PRR para apetrechamos o nosso aeroporto com as devidas condições ao nível da dimensão dos tanques de combustíveis e da gare de passageiros, visto que, como foi aqui dito, estamos atrasados vinte ou trinta anos na nossa promoção turística em relação ao que se passa na ilha de São Miguel.

Sr. conselheiro José Laranjo (AMPV): Cumprimento o senhor presidente da Mesa e os demais conselheiros e também a comunicação social aqui presente. Pegando nas palavras do senhor conselheiro José António Azevedo a respeito da promoção das ilhas Graciosa e São Jorge associadas à promoção da ilha Terceira, segundo julgo saber, a Câmara do Comércio tem associados nestas três ilhas. Segundo a intervenção do senhor professor Álamo de Meneses, os municípios de Angra do Heroísmo, da Praia da Vitória e de Santa Cruz da Graciosa estarão representados em conjunto na BTL.

Num esforço tremendo e em parceria com as câmaras municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, a Câmara do Comércio está a fazer aquilo que alguém deveria fazer por nós e lá chegará o dia em que a CCAH e os seus parceiros de luta acabarão por intervir junto do Governo Regional ou de quem de direito, mostrando todo o trabalho feito e exigindo o que nos pertence. Uma vez que a Câmara do Comércio tem influências nestas três ilhas, haverá alguma possibilidade de incluir nesta parceria de promoção, os municípios de São Jorge e da Graciosa? Assim, em vez de dois, teríamos os cinco municípios das três ilhas, ou seja, um maior número de parceiros ligados à Câmara do Comércio, dando-lhe mais força para exigir o que é seu por direito.

Sr. conselheiro Rui Espínola (PSD): Muito bom dia a todos. Subscrevo naturalmente a maioria dos argumentos aqui aludidos, felicitando também a Câmara do Comércio por todo o trabalho que tem feito na promoção do destino Terceira. Como não poderia deixar de ser, os deputados da coligação estão ao lado do Conselho de Ilha nesta matéria e

decidiram levar o assunto à Assembleia Legislativa Regional, tendo entregado recentemente um projeto de resolução que será apreciado amanhã na Comissão de Economia com a audição deste Conselho de Ilha, do Governo Regional, da ATA e da SATA. O assunto será discutido em plenário para que fique registado politicamente. É de louvar o esforço da Câmara do Comércio e das câmaras municipais mas o Governo Regional tem que assumir as suas responsabilidades e não pode ficar de fora destas questões. Os partidos da coligação que suportam o Governo vão exigir que o executivo cumpra as suas responsabilidades e este projeto de resolução pretende a participação do Governo na promoção do destino Terceira para que a nossa ilha seja uma porta de entrada de fluxos turísticos internacionais.

Perante o que foi aqui dito, por vezes fico com a sensação de que as pessoas ficam descontentes com as boas notícias. Independentemente do *timing* do anúncio dos voos internacionais para a Terceira, que poderia ter acontecido mais cedo, agradou-me bastante e é motivo de regozijo para todos nós a informação de que teremos seis ou sete rotas internacionais para a ilha Terceira.

Passou aqui um pouco a ideia de que o Governo Regional tem estado completamente fora de tudo isto e não se tem empenhado na criação de rotas internacionais para a Terceira mas lembro que as rotas de Boston e de Toronto são financiadas pelo Governo Regional.

Podemos discutir o envolvimento e os procedimentos da ATA em relação ao destino Açores e é preciso ter em conta que o dinheiro que lá é colocado pelo Governo Regional pertence ao orçamento da região, portanto, é dinheiro público de todos nós. Relembro que os deputados da coligação estão ao vosso lado empenhados na defesa dos interesses da ilha Terceira.

Sr. conselheiro Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bom dia senhoras e senhores conselheiros. Visto que o debate já vai longo, tentarei resumir a minha intervenção, começando por saudar esta nova direção da Câmara do Comércio pela lufada de ar fresco que trouxe à nossa ilha. Parece-me que os cidadãos e as instituições representativas da ilha Terceira mantiveram a nossa sociedade adormecida durante muitos anos, por isso chegámos ao ponto em que estamos. Contrapondo o que foi dito há pouco pelo senhor conselheiro José Laranjo em que alguém não fez o que deveria ter feito por nós, acho que temos que ser os primeiros a fazer o que nos compete para podermos exigir a outros que façam também a sua parte.

Volto a dar os parabéns à Câmara do Comércio por todo este trabalho que tem sido feito, reunindo os apoios possíveis das câmaras municipais, notando-se também um enorme esforço por parte de toda a coletividade terceirense para potenciarmos melhor o nosso destino turístico e com isso obtermos melhores rendimentos para os nossos habitantes e para as empresas das áreas turísticas e afins, como a restauração ou a venda de produtos naturais e de artesanato.

Há muito que este trabalho deveria ter sido feito; está a começar agora mas já deu frutos com o anúncio de novas rotas para Nova Iorque, Boston e Monte Real, demarcando o início de um caminho que queremos profícuo, mas é preciso que nos voltemos também para o lado nascente, complementando e ampliando estas ligações já definidas para a margem americana do Atlântico, procurando obter também algumas ligações para o lado da margem europeia.

Sendo esta uma primeira fase de um trabalho que se espera continuado e longo, sugiro que, numa segunda etapa, seja feito um estudo para aferirmos qual o público que mais nos interessa captar, começando, numa primeira fase de expansão, a segmentar junto dos que demonstrarem mais apetência para visitar as ilhas, Terceira, São Jorge e Graciosa. Há quem goste de visitar as ilhas mais próximas do equador, quem prefira visitar os fiordes e quem não goste de sol e de calor, mas há públicos próximos com maior apetência para valorizar as potencialidades que temos para oferecer.

Enquanto deputado regional, podem contar com os meus préstimos no sentido de potenciar e dar continuidade a todo o trabalho que está a ser feito, acionando também mecanismos junto do Governo Regional para promovermos a ilha Terceira, a Graciosa e São Jorge como parte importante do arquipélago. Os Açores têm sido promovidos ao longo dos últimos anos, escondendo a sua verdadeira realidade e revelando apenas a ilha de São Miguel com uma elevada dose de bairrismo e hipocrisia porque, quando alguém defendia outra qualquer ilha do arquipélago, era imediatamente apelidado de bairrista. Fomos assistindo a tudo isto ao longo dos últimos anos – e não foram poucos – o que nos trouxe ao estado em que nos encontramos.

Bem-haja à Câmara do Comércio e aos seus parceiros pelo excelente trabalho que estão a desenvolver, sabendo que podem contar com toda a nossa colaboração. O senhor conselheiro e deputado regional Rui Espínola deu conta de uma iniciativa que está em apreciação, exatamente para envolver o Governo Regional nesta nossa causa.

O senhor Marcos Couto, presidente da Mesa deste Conselho de Ilha e também presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, sabe que poderá contar com toda a disponibilidade e colaboração da parte do Governo Regional dos Açores que tutela o aeroporto das Lajes porque, como bem disse no início desta reunião, todo este trabalho tem sido feito em estreita colaboração com a aerogare, materializando-se aí também o apoio do Governo Regional.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Muito obrigado pelas suas palavras. Ao ouvir estes elogios, não posso deixar de incluir as câmaras municipais da ilha Terceira que, dentro das suas competências e possibilidades, se têm mostrado inexceláveis no apoio a todo este trabalho.

Sr. conselheiro Nuno Melo Alves (AMAH): Desejo a continuação de um bom dia a todos os senhores conselheiros. As questões das acessibilidades e das ligações aéreas devem ser analisadas sob o prisma dos objetivos pretendidos, não podendo ser ignoradas as

diversas condicionantes de diferenciação dos custos entre os diversos aeroportos, como, por exemplo, os transportes ou outras razões externas.

A região pode e deve interferir no estímulo da procura de determinados destinos desde os planos de ordenamento de território ou os planos de turismo, elementos que podem ser influenciados pelo parlamento e decididos pelo Governo Regional. Enquanto Conselho de Ilha, devemos intervir a esse nível, não esquecendo que é o planeamento que dá origem aos financiamentos através dos planos regionais ou provenientes de outra origem. Devem ficar bem claras as verbas possíveis de cofinanciamento por fundos públicos na ótica de uma política complementar às falhas do mercado, ou seja, intervindo onde o mercado não se revelar suficiente, procurando atenuar os tais fatores externos sem a criação de óbices através de decisões públicas.

A liberalização do espaço aéreo, tida como uma vitória a vários níveis, é também uma das principais causas do problema que hoje vivemos porque a «cegueira» de fomentar a concorrência entre operadores aéreos, criou e concentrou um monopólio de aeroportos, um fenómeno idêntico ao ocorrido também a nível nacional em que um único operador, que antes prestava um serviço público, foi concessionado a um operador privado que procura os lucros, gerindo a distribuição dos voos entre os aeroportos como lhe convém, sem ter em conta o desenvolvimento dos vários territórios do país.

Os monopólios e oligarquias aeroportuárias criam reais entraves àquilo que se pretende que é o transporte de pessoas para os diversos destinos da forma mais rápida e direta em que os encaminhamentos acabam por ser um meio meramente instrumental e não um fim. Não se revelando úteis, os encaminhamentos podem cristalizar ainda mais esta monopolização aeroportuária. Dando um exemplo, se houver um encaminhamento gratuito de Lisboa para o Porto, o voo acaba por ser feito para Lisboa, sendo o resto do percurso gratuito. Havendo encaminhamentos gratuitos como um fim, perde-se o incentivo aos voos diretos para os diversos aeroportos.

Os encaminhamentos são úteis mas exigem grandes cautelas porque dependem de diversas condicionantes e de outras situações de contexto que devemos articular. É preciso ter em conta que a promoção poderá fomentar a procura de turistas para a Terceira sem um aumento dos voos diretos quando, o que aqui se pretende, é exatamente o contrário, ou seja, as ligações diretas com vista a um aumento de fluxos.

Pretendemos mais entradas e saídas diretas de turistas, de visitantes, de trabalhadores ou até do transporte de doentes, agindo de forma a fomentar as ligações diretas que estão no âmbito do controlo das entidades regionais e nacionais sem prejuízo das iniciativas paralelas de promoção e divulgação da oferta turística, devendo ser tido em conta o ordenamento do território e os planos de transportes dos Açores, entre outros instrumentos que poderão condicionar os pacotes turísticos que pretendemos.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Gostaria de sublinhar a importância da gestão autónoma da aerogare civil das Lajes em todo este processo, lembrando que, nos Açores, temos três sistemas de gestão de aeroportos, a saber: a VINCI, a SATA e uma

solução regional no aeroporto das Lajes que deve funcionar como potenciador das suas capacidades.

Quero distinguir a atenção prestada e a predisposição de financiamento das câmaras municipais da ilha Terceira mas não podemos esquecer que a aerogare civil das Lajes é administrada pelo Governo Regional que pode ter responsabilidades na sua própria promoção e na criação de condições. Sei que o atual Governo está preocupado com essa situação e pressinto que precisa de ir mais longe. Dirigindo uma maior atenção à promoção da ilha Terceira, transformemos em vantagem, aquilo que alguns consideram uma desvantagem, vendo a aerogare civil das Lajes como algo paralelo com menos capacidades do que a VINCI, por exemplo.

Aderindo à ideia que foi sendo lançada ao longo deste debate, temos uma fatia que nos é dirigida dentro daquilo que são as verbas regionais para a promoção do destino turístico Açores. A ATA recebe dinheiro do Governo Regional e diz que promove os Açores em geral sem se direcionar a uma ou a outra ilha, mas o que sentimos é que encaminha toda a promoção para uma só ilha, uma situação que tem que ser mudada junto do Governo Regional que é a sua fonte de financiamento. Temos que nos entender como é tratada cada uma das parcelas da região dentro da promoção Açores.

Confessando que não dispunha dessa informação, gostaria de referir algo fundamental que não é abordado pela pronúncia da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo mas é de grande importância. Refiro-me à questão dos combustíveis 30% mais caros na aerogare das Lajes, um valor que é muito significativo nas despesas de uma qualquer empresa.

Voltando às questões das ligações aéreas, mais importante do que o encaminhamento das pessoas é a frequência e a combinação de horários. Dando um exemplo concreto, uma coisa é eu chegar à ilha de São Miguel e ser encaminhado para São Jorge uma hora depois, a outra é chegar à ilha Terceira e dispor de uma ligação aérea para a mesma ilha, apenas cinco horas depois ou até no dia seguinte. Assim sendo, vindo de Lisboa ou de outro sítio qualquer com destino a São Jorge, é óbvio que escolho passar por Ponta Delgada e julgo que qualquer um de nós faria o mesmo.

Há um problema sempre meio nebuloso no meio de tudo isto quando se confunde encaminhamentos com os horários e a qualidade das ligações aéreas que influenciam tudo o resto. Sendo mais convenientes os horários ou as frequências das ligações aéreas de modo a tornarem mais interessante a passagem por uma determinada ilha, o movimento vai-se gerando nesse sentido. Quero com isto dizer por exemplo que, amanhã ou depois, o hospital de Ponta Delgada acabará por ter uma maior referência e capacidade do que os outros.

Havendo mais procura e pressão num determinado sítio, é aí que se desenvolve o setor. Os transportes são essenciais pelo seu impacto em tudo o que é concentração e foi o que aconteceu em Ponta Delgada a partir de um determinado momento. O delegado da EDA, o elemento da SATA, o doente, etc., vão é a Ponta Delgada.

Só chegaremos a algum lado se obtivermos posições concertadas em debates como este no Conselho de Ilha e através de parcerias entre a Câmara do Comércio, as câmaras municipais, as associações agrícolas e outras representações gerais. Não estou a defender unanimismo, estou a falar de debate e temos que nos apresentar em conjunto perante os senhores deputados e o Governo Regional na defesa dos mesmos objetivos. A baralhação não nos levará a bom porto, por isso considero muito importante o debate neste Conselho de Ilha.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Tendo em conta algumas questões aqui levantadas, gostaria de esclarecer que estão previstos 6 milhões de euros em obras na aerogare das Lajes. Fruto das várias consultorias que a Câmara do Comércio tem levado a cabo com algumas empresas nas áreas da aviação e do turismo, temos vindo a desenvolver um trabalho de muita proximidade com a SATA e com a administração da aerogare das Lajes no sentido de a tornar mais operacional, ao que acresce um trabalho de preparação das obras mais estruturais e necessárias para resolvermos os problemas das operações que se iniciarão durante este ano.

Em complemento à intervenção do senhor conselheiro José Toste, não temos respostas concretas. O ideal seria que isto fosse lançado com um ano de antecedência mas não nos foi possível e temos que fazer com que as coisas resultem. Estamos a trabalhar as feiras, o *E-Commerce* e também através dos serviços *online*. Fizemos questão de reunir com a TAP e com a UNITED, valorizando e alimentando essa linha com o *codeshare*, algo que ninguém tinha feito, para que não se tratasse de uma operação extemporânea da SATA. A rota existe e vamos trabalhar para que seja rentável.

Quanto aos reencaminhamentos, revejo-me totalmente na opinião do senhor conselheiro Nuno Melo Alves e por vezes fala-se muito sem se pensar também na outra face da moeda.

Relativamente ao envolvimento do Governo Regional, dou-vos mais um exemplo: fechámos um contrato com um operador da Galiza para um voo *charter* para a Terceira com o montante de 25 mil euros para promoção, pedimos apoio ao Governo Regional e foi-nos dito que era muito dinheiro quando, nos últimos cinco anos, foi feita a mesma promoção para Ponta Delgada por 75 mil euros. E agora, o que fazemos? Vamos deixar de fazer o voo? Não, não vamos. Vamos fazê-lo porque já fechei o contrato. Nos últimos anos pagaram 75 mil euros para Ponta Delgada, eu consegui baixar o custo desta operação em 1/3, enchi o avião e não me querem dar 25 mil euros para a promoção do voo? Assim estão a brincar connosco. Informaram-me que iam estudar o assunto mas ainda não me responderam.

De que me adianta trabalhar com o Governo? Se isto falhar, sei que podemos contar com a ajuda dos nossos parceiros. Temos que exigir ao Governo? Sim, mas quando exigimos ao Governo, obtemos estas respostas.

Respondendo à intervenção acerca da representatividade da Câmara do Comércio, dou-vos conta que foram notórias as divergências tidas com o antigo núcleo da Câmara do

Comércio na ilha de São Jorge mas temos lá implementada outra representação numa nova sede com gente nova e dinâmica. Estamos a desenvolver um trabalho profundo mas não foi possível incluir a ilha de São Jorge nesta promoção que estamos a fazer na BTL em conjunto com as câmaras municipais. Temos connosco a Graciosa e entendo perfeitamente que São Jorge tenha preferido manter-se mais próximo do triângulo nestas questões turísticas, mas terão ao dispor tudo o que precisarem da nossa parte.

A atual operação para Boston e Toronto operada pela SATA com o concurso da ATA é calamitosa para a Terceira. Aquele contrato vergonhoso leva a que uma viagem direta para a Terceira saia mais cara do que um voo com uma paragem em São Miguel. O contrato foi feito para favorecer os privados que têm vindo a ganhar milhões nos últimos anos à custa da rota da Terceira. A rota de Monte Real não é para os emigrantes que, viajando de Boston ou de Toronto para a Terceira, pagam mais 300 ou 400 euros por causa de um contrato feito pela ATA que impede a SATA de cobrar valores mais baixos. Isto é vergonhoso, serve apenas para dar dinheiro aos privados que andam de roda da ATA e são sempre os mesmos. Acabem rapidamente com isto que só nos prejudica.

Em resposta à intervenção do senhor deputado Pedro Pinto a respeito do estudo dos fluxos, informo que recebemos recentemente uma proposta da BLOOM, que está também na posse do senhor professor Álamo de Meneses e da doutora Vânia Ferreira; não tivemos a possibilidade de a discutir em particular com os nossos parceiros, mas o tempo o dirá.

No seguimento da intervenção do doutor Carlos Costa Neves, informo que não é possível a articulação de horários entre companhias aéreas para um determinado destino mas, nas reuniões que tivemos com as administrações da TAP e da SATA, alertámos sobre a importância e a possibilidade de estudarem os horários uns dos outros. Tivemos quatro ou cinco reuniões, fomos sempre bem recebidos e com uma abertura tremenda por parte da senhora presidente e da restante administração da TAP; o mesmo se passa com a SATA, com quem a Câmara do Comércio terá reuniões mensais com o objetivo de resolvermos estes problemas. Foi-nos dito que não é possível a concertação de horários entre companhias mas não é isso que pretendemos, bastando uma simples consulta de horários para que não haja dois voos à mesma hora. Conseguimos que mudem alguns horários e não será possível mudar outros, mas vão guerrear entre eles com o mercado a funcionar.

Este ano não tivemos hipótese de planear as coisas mais antecipadamente mas foram trocadas ideias com o professor Álamo de Meneses e com a doutora Vânia Ferreira para que, futuramente, possamos planear e estruturar a oferta turística da ilha Terceira com a antecedência de um ano. Neste momento sabemos para onde ir e vamos navegando à vista mas, dentro de um ano, as coisas vão funcionar de forma diferente.

1.2 – Transportes marítimos.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Em anos anteriores, este Conselho de Ilha fez um excelente trabalho acerca das questões específicas das taxas e dos valores de funcionamento do porto da Praia da Vitória. O senhor conselheiro José Azevedo tem uma larga experiência nesta área e liderou um grupo criado neste Conselho que conseguiu resolver algumas questões que deram os seus frutos.

O problema do valor mais elevado dos combustíveis de que há pouco se falava, deve-se a um investimento que foi feito há uns anos no porto da Praia da Vitória que permitiu à empresa exploradora, incluir no preço dos combustíveis uma sobretaxa para amortizar os investimentos feitos. Este é um assunto antigo com cerca de vinte anos mas que tem estado sempre no horizonte destas coisas.

O porto da Praia da Vitória tem uma das maiores instalações de armazenamento de combustíveis do planeta que não são fáceis de manter e o combustível tem um prazo de validade face ao uso que lhe é dado pela parte militar norte americana, mas há pistas de solução que permitem viabilizar melhor o porto, o *tank farm* e tudo o que lhe está associado.

Estamos mais uma vez a falar de situações com algumas décadas que têm permanecido esquecidas e vieram agora parar ao centro do debate. O que foi feito na vertente do transporte de cereais a granel, pode e deve ser também pensado no que diz respeito ao transporte de combustíveis porque se trata praticamente da mesma coisa com uma configuração ligeiramente diferente que envolve outro parceiro que terá que ser consultado. Houve um grande esforço no sentido de colocar esse parceiro fora do debate com a criação do outro parque de combustíveis e, passados todos estes anos, talvez tenhamos que voltar à fase inicial.

Pedi a palavra para referir uma outra preocupação relativa aos transportes marítimos. Refiro-me às notícias surgidas nestes últimos dias sobre o investimento em curso no Porto das Pipas e não posso deixar de manifestar a minha estranheza quando, dois organismos do mesmo Governo, aparentemente se torpedeiam um ao outro, e quem vai ao fundo é a cidade de Angra e a economia da Terceira. No tomo partido nessa questão mas não podemos sofrer as consequências da paragem de uma obra que implica mais um ano de imobilização do porto e um prejuízo gigantesco para a economia desta ilha. Isto não pode acontecer com bases tão ténues e uma enorme falta de capacidade de análise técnica como se está a ver porque está em causa a economia desta ilha e não se trata de uma discussão de egos para ver quem tem o maior canhão ou afunda o maior navio.

Lanço o apelo para que, quem manda neste Governo, imponha aqui alguma ordem porque o assunto é muito sério e o arranque daquela obra dependeu de um esforço imenso das duas autarquias desta ilha. O debate demorou anos, não foi fácil chegar aqui e agora vai tudo ao fundo à conta não sei bem do quê. Li o texto que está na base de tudo isto e já vi melhores redações em níveis de ensino inferiores.

Gostaria de dar conhecimento a este Conselho que não estamos disponíveis para compactuar com este tipo de discussões e atitudes nem desta forma de interferência nas coisas públicas por parte de quem, aparentemente, não tem mãos para isto.

Não pretendo desviar-me dos temas da nossa Ordem de Trabalhos mas, dentro do mesmo problema, temos outras paragens de obras. Não podemos arrancar com o mercado e temos um problema de trânsito para resolver no Alto das Covas. A igreja das Concecionistas lá vai andando mas a obra de Nossa Senhora do Livramento ali mesmo ao lado também não arranca porque se anda constantemente a levantar problemas. Está na altura de se pôr ordem nisto porque estão em causa milhões de euros que caem em cima do erário público e da economia da ilha Terceira.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Penso que devemos incluir no texto final as nossas preocupações em relação a estes assuntos e seria bom alertarmos o Governo Regional que esta ligação deve manter-se quando terminarem as obras do porto de Ponta Delgada porque passámos a ter alguma previsibilidade e regularidade nas ligações que antes não existiam, um importante fator de desenvolvimento da nossa ilha que permite a afirmação do porto da Praia da Vitória, uma infraestrutura que se deve manter ao serviço da região como alternativa ou complemento ao porto de Ponta Delgada. Tendo em conta as informações aqui transmitidas pelo senhor professor Álamo de Meneses, este Conselho de Ilha deve deixar claro que entende como essencial a manutenção deste sistema após o fim das obras do porto de Ponta Delgada.

Sra. conselheira Helga Barcelos (CCAH): Foi discutida na mesa de transportes da Câmara do Comércio a manutenção da entrada do navio pela ilha Terceira após a conclusão das obras de Ponta Delgada. Há cerca de dois anos, o porto da Praia da Vitória garantia ligações mensais a todas as ilhas do grupo central com dois barcos para a Terceira vindos do Pico, de São Jorge e do Faial. O ano passado e este ano não houve qualquer ligação entre o Pico e a Terceira, o que nos tem trazido grandes constrangimentos visto que a ilha do Pico é um importante fornecedor na área das carnes, o que nos leva a procurar outras alternativas muito complicadas.

É muito importante a garantia de uma ligação mensal entre a Terceira e as restantes ilhas do grupo central, já que todas as ilhas têm ligação semanal a São Miguel, por onde todos os barcos passam à saída. Vamos tendo duas ligações mensais à ilha do Faial mas o Pico nunca mais teve ligações diretas para a ilha Terceira.

Sr. conselheiro José Azevedo (AAIT): Os transportes marítimos eram um assunto constante em discussão neste Conselho de Ilha até ao início das obras no porto de Ponta e estou certo que o problema se vai agravar quando as obras terminarem e o porto apresentar maiores capacidades porque os três operadores da região combinam e movimentam a carga entre os navios da forma que lhes for mais conveniente.

O Governo Regional deve manter os toques previamente agendados, sendo que, 50% desses toques, incluindo o do porto da Praia da Vitória, são constantemente alterados por vezes com menos de 24 horas de antecedência. Os animais vão para abate e ficam nas

câmaras de frio dos matadouros porque o barco não atracou e as carnes não podem seguir em contentores para o continente. Isto acontece no porto da Praia da Vitória e as ilhas do Faial, Pico e São Jorge sofrem também muito com esta situação.

Sabemos muito bem que os operadores não vão mudar a sua perspetiva de negócio quando as operações no porto de Ponta Delgada forem retomadas a todo o gás porque têm que utilizar as rotas de forma a viabilizarem as suas frotas e não se preocupam com as empresas do grupo central. Enquanto não forem estipulados e mantidos no caderno de encargos, pelo menos 80% dos toques dos navios nos portos, nunca teremos uma situação previsível e tranquila que permita a normal fluência da nossa economia.

Há muito que se diz que o empresário da região é um aventureiro. Sabemos o que produzimos, mas nunca sabemos quando podemos entregar os nossos produtos e ninguém quer fazer contratos com as empresas da região se não houver garantias de entrega nos centros logísticos no início da semana para que seja feita a devida distribuição.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): A situação será muito grave, caso se venha a verificar a situação referida pelo senhor conselheiro José Azevedo. Na minha opinião, alguém tem que se chegar à frente para garantir a manutenção de, pelo menos, 80% dos toques após o fim das obras no porto de Ponta Delgada e não podemos deixar que esta seja uma fatalidade só porque alguém o decide, por isso estamos aqui. Os toques têm que ser respeitados e temos que exigir a manutenção desse caderno de encargos para que as coisas não andem para trás.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): A região deveria ser avaliada num todo segundo as infraestruturas existentes e não faz sentido avançar com novas estruturas portuárias na ilha de São Miguel, se não for satisfeita a capacidade de resposta de toda a região.

Ainda na linha do documento que foi aprovado na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, a nossa posição sairia mais forte se a Assembleia Municipal da Praia da Vitória pudesse, de alguma forma, acolher também algumas dessas exigências. O Conselho de Ilha assumiria estes pontos através do seguinte texto: *«Nos termos do compromisso assumido, o Governo Regional deve promover a imediata ampliação do porto da Praia da Vitória, permitindo a sua utilização enquanto cais de cruzeiros, realizando os trabalhos preparatórios atempadamente para que a empreitada arranque em 2023.»*

É verdade que existem compromissos políticos mas, se não for mantida uma certa pressão perante outras situações ao nível da região, estes calendários não serão cumpridos podendo resultar em adiamentos e a ampliação do porto da Praia da Vitória deve manter-se devidamente calendarizada nos nossos objetivos.

Segundo informações que tenho, houve uma equiparação de algumas e não, de todas as taxas portuárias. Não ficou tudo igual e o porto da Praia da Vitória sai ainda penalizado em relação, nomeadamente, ao porto de Ponta Delgada.

Perante o debate que se fez no Conselho de Ilha e também na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, gostaria de salientar a importância da situação levantada há pouco pela senhora conselheira Helga Barcelos representante da Câmara do Comércio, a respeito da tradicional, histórica e necessária ligação entre as ilhas do grupo central.

Penso estarmos no limite de podermos ter alguma importância regional em termos de transportes marítimos. Segundo a leitura política que faço, conduzem-se determinadas dinâmicas que não são conhecidas e levarão a uma gradual concentração que não interessa a São Miguel em particular ou a qualquer outra ilha da região, por isso devem sair posições muito fortes deste Conselho que representa os interesses da ilha Terceira.

Sr. conselheiro Pedro Pinto (CDS-PP): Parece-me que temos assistido nos últimos anos a uma lógica de decalque entre a concentração dos transportes marítimos e o que tem vindo a acontecer com os transportes aéreos. Não tem havido constrangimentos na região e não tenho conhecimento de que alguém, em qualquer canto deste arquipélago, se tenha queixado da inoperabilidade do porto de Ponta Delgada por via das obras e o conseqüente desvio do tráfego marítimo para a ilha Terceira, o que significa que os Açores podem potenciar ainda mais as suas explorações agrícolas e as empresas, favorecendo as trocas internas.

Denota-se uma maior capacidade de transporte com a escala dos navios no porto da Praia da Vitória, esta inoperabilidade do porto de Ponta Delgada parece-nos até vantajosa e a solução alternativa está a funcionar melhor do que antes e sem queixas, como havia anteriormente. É nisto que a ilha Terceira se deve focar, unindo as mãos e travando, a par com os transportes aéreos, esta luta a respeito dos transportes marítimos. O exemplo está em prática e não há queixas, só vantagens.

Sr. conselheiro José Azevedo (AAIT): No seguimento da intervenção do doutor Costa Neves acerca das taxas e a operacionalidade dos portos, lembro que foi feito um enorme trabalho por uma comissão da qual fiz parte, composta pelo Rodrigo Rodrigues, na altura presidente da Câmara do Comércio, e um membro de cada concelho. Como disse há pouco, havia uma grande discrepância nos preços de descarga dos cereais a granel em contentor entre os portos da Praia da Vitória e de Ponta Delgada, sendo que, a justificação que nos foi dada, se devia ao facto de as fábricas de rações de São Miguel se encontrarem mais distantes do porto de Ponta Delgada do que as da ilha Terceira em relação ao porto da Praia da Vitória, por estarem situadas no parque industrial da Praia.

A situação foi alterada no início da tomada de posse da atual legislatura com a publicação da nova portaria que aproximou os preços de descarga a granel entre os dois portos, mas a OPERTERCEIRA teve a brilhante ideia de atualizar os seus custos de operação, acabando por absorver a redução dos preços de descarga no porto da Praia da Vitória e o consumidor final viu zero reduções na sua fatura.

No ano 2020 foram descarregadas na Praia da Vitória, 110 mil toneladas de cereal. Havendo uma diferenciação de 2 cêntimos por quilo na descarga, o resultado final são dois milhões de euros de diferença. Durante cerca de um ano e meio, travámos uma

batalha que nos deu muito trabalho, conseguindo fazer com que o Governo Regional alterasse a portaria para que a redução de preços se refletisse nas nossas explorações, na farinha para o pão e no consumidor final, procurando pôr as empresas da região em pé de igualdade. Era mais viável produzir aves e suínos em São Miguel do que na Terceira e quando se trabalha com margens mínimas, os 2 cêntimos por quilo na descarga do cereal no porto, fazem toda a diferença.

Durante muitos anos, importámos ovos, frangos e suínos de São Miguel; agora temos as coisas mais equilibradas mas a OPERTERCEIRA atualizou os seus custos operacionais e absorveu a redução da outra parte nas descargas a nível unitário e não chegou nada ao consumidor final. Compreendo as dificuldades do Rodrigo Rodrigues, em revoltar-se na altura contra a OPERTERCEIRA, porque a Câmara do Comércio tem lá os seus associados e acabou por não acontecer aquela uniformidade de preços que pretendíamos fazer chegar ao consumidor final e a quem opera e produz riqueza.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Proponho à Mesa que a pronúncia feita pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo seja adotada por este Conselho e submetida a votação para que o nosso texto tenha maior força ao chegar ao seu destino.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Julgo que todos nos revemos nessa posição também já aqui manifestada pelo senhor conselheiro Carlos Costa Neves.

Confesso que desconhecia a situação referida pelo senhor conselheiro José Azevedo. Esta Câmara do Comércio entende os constrangimentos da OPERTERCEIRA mas defende a economia da ilha Terceira e não terei qualquer problema em tomar a posição necessária. Solicitei uma reunião com a empresa, que faz parte da comissão de transportes da Câmara do Comércio, mas nunca compareceu, por isso vamos tentar perceber o que se passa.

Sr. conselheiro Nuno Melo Alves (AMAH): Tudo o que temos discutido aqui sobre os transportes marítimos resume-se a uma alteração ao atual modelo de transportes que foi já recomendada por unanimidade ao Governo Regional no ano passado. À semelhança dos transportes aéreos, pretende-se também para os transportes marítimos, um modelo que nos permita um maior número de ligações diretas que terão um impacto positivo na nossa economia.

Ponto 2 – Taxa Municipal de Turismo.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Não pretendi impor o que quer que seja ao propor a inclusão deste tema no Conselho de Ilha. Após duas horas de debate sobre a necessidade do financiamento de uma política de turismo na ilha Terceira, penso ter ficado clara a importância de uma taxa municipal de turismo, sendo que não se substituirá ao financiamento da promoção da oferta turística dos Açores por parte do Governo Regional, aliviando também financeiramente as câmaras municipais.

Pretende-se que esta taxa turística proposta pela Câmara do Comércio no valor de um euro por noite, seja aplicada a cidadãos maiores de 13 anos não residentes nos Açores. Quanto aos argumentos peregrinos que tenho ouvido por aí, de que esta taxa irá prejudicar o destino turístico, cada vez que se apresenta uma ideia nova, aparecem logo os profetas da desgraça. As pessoas não vão deixar de visitar a ilha Terceira, Lisboa, Óbidos, Barcelona, Roma ou Milão por causa das taxas turísticas.

Esta taxa tem como objetivo específico, o financiamento de uma política de promoção estruturada da ilha Terceira feita por um gabinete que incluirá as câmaras municipais da ilha Terceira e a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, mediante orçamentos devidamente aprovados e uma política transparente de aplicação de fundos. Através do «Explore Terceira», nos alojamentos onde essa taxa turística venha a ser cobrada, existirá um *QR Code* que permitirá ao turista saber onde e como o seu dinheiro será aplicado.

Espero que a ilha Terceira seja a primeira a tomar a dianteira neste tipo de medidas e estou certo que outros lhe seguirão o exemplo. Ao contrário do que li em alguns órgãos de comunicação social, esta taxa turística não vem onerar em nada os hotéis porque o seu valor reverte na totalidade a favor da câmara sem qualquer aumento de custos, ao contrário do que pensam alguns destacados e ilustres economistas desta região.

Sr. conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Não percebi bem quem cobrará esta taxa e qual o seu estimado valor anual. A cobrança será feita pelos serviços municipais e o valor reverte a favor das autarquias, havendo algum tipo de protocolo com a Câmara do Comércio para efeitos de divulgação? Gostaria que fosse esclarecido todo este processo.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Funcionará da forma como está a ser feito nas cidades onde é aplicada esta taxa turística. A cobrança será feita pelas entidades hoteleiras, sendo o dinheiro diretamente transferido para as contas das câmaras municipais para financiar o possível gabinete que venha a ser criado. É esta a nossa proposta.

Estamos a falar de um financiamento direto sem quaisquer custos extra. Tendo como base o ano 2019 em que tivemos à volta de 500 mil dormidas na ilha Terceira, desconhecendo o número de estadias por parte dos residentes, excluindo os menores de 13 anos e calculando com base numa percentagem de 50%, as receitas do valor da taxa turística andariam à volta dos 200 mil euros anuais, não muito longe disso.

Sr. conselheiro José Pimentel Dias (UGT): Tenho que discordar vivamente desta proposta, chamando a atenção para o seguinte: as câmaras do comércio deste país dizem que pagam demasiados impostos e taxas através de regulamentos criados pelo Estado e pelas autarquias, por isso não deixa de ser curioso e contraproducente que seja a Câmara do Comércio a propor a introdução de mais uma taxa. Para haver uma taxa, terá que haver uma contraprestação de serviço. O cidadão não residente nos Açores chega à região, instala-se num hotel ou noutra unidade de alojamento local e não sabe o que vai receber em troca deste euro que pagará por dia.

Olhando para a panorâmica dos regulamentos das 308 câmaras deste país e dos milhares de taxas que são pagas, esta é mais uma? Tem que ser o cidadão a pagar tudo? Porque é que o senhor presidente não propõe que o IRS recebido pelas autarquias da ilha Terceira reverta a favor dos cidadãos? Em tempos, foi aqui discutida essa situação e talvez a proposta que apresentei e foi rejeitada, fosse mais interessante porque haveria mais dinheiro nos bolsos dos cidadãos, mais consumo e mais IVA. Se as pessoas que vêm de fora, já pagam impostos naquilo que consomem, porquê a introdução desta taxa de um euro por dia?

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): A taxa turística é uma constante, tem um contexto praticamente universal e é aplicada em quase todos os sítios onde vamos com valores que variam de lugar para lugar. Corresponde ao pagamento de uma contraprestação porque alguém trata do lixo, fornece a água e presta outros serviços municipais que acabam por onerar apenas os cidadãos residentes e o município está impossibilitado de consignar uma taxa a uma entidade terceira, ou seja, não podemos cobrar uma taxa e cedê-la à Câmara do Comércio.

Apareceu recentemente na Assembleia Legislativa Regional, uma proposta no sentido da criação de uma taxa turística a nível regional. Além do que transpareceu na comunicação social, não tenho nenhuma informação privilegiada sobre o teor da dita proposta e não estou muito seguro se isto poderá ser assim. A criação de impostos é uma reserva absoluta da Assembleia da República e se a taxa for considerada um imposto, parece-me que a proposta não terá pernas para andar.

Não pretendo tecer mais considerações mas sei que uma taxa tem que estar especificamente ligada a uma prestação de serviço para que não seja considerada um imposto. Veja-se o que o Tribunal Constitucional decidiu a respeito de vários municípios do continente, em particular com aquele acórdão sobre a inconstitucionalidade da taxa de proteção civil pretendida pela Câmara Municipal de Lisboa, em que a mesma não correspondia à prestação de nenhum serviço identificável. A autarquia argumentou, e com alguma razão, que pagava aos sapadores bombeiros, a mais isto e aquilo, mas depois não era possível identificar exatamente os serviços prestados, razão pela qual, o Tribunal Constitucional considerou estar-se perante um imposto e não uma taxa.

Temos todas estas dificuldades pela frente, além de uma questão ainda mais complexa que tem a ver com a distinção entre cidadãos residentes e não residentes, tendo em conta que o Tratado da União Europeia não permite a distinção entre cidadãos europeus; ou seja, não podemos tratar de forma diferente, um cidadão que venha da ilha de São Jorge e um outro que venha da Polónia.

Creio que devemos estudar devidamente estas questões que são complexas, procurando obter mais informações aprofundadas de natureza técnico jurídica, sob pena de estarmos a reconstruir um edifício sobre uma base menos sólida, e não podemos esquecer que a criação de taxas é da competência exclusiva das assembleias municipais, órgãos que não devemos atropelar, devendo garantir-lhes o respeito necessário.

É verdade que 200 mil euros é muito dinheiro, mas talvez os possamos encaixar de outra maneira e não é essa a questão fundamental. Acontece que estamos a ser forçados a seguir este caminho por nossa conta e risco e não estaríamos a aqui falar nisto se a ilha Terceira não estivesse na peculiar situação de ter que ser ela própria a financiar a sua promoção. O que estamos aqui a dizer é que a região cobra e fica com a totalidade dos nossos impostos, menos os miseráveis 5% do IRS que vão para as câmaras municipais a fim de poderem tapar os buracos nos caminhos e garantirem a luz acesa. Essa entidade que fica com a totalidade dos impostos, bem que poderia chegar-se à frente e financiar aquilo que precisamos.

Não estamos aqui a dizer que a taxa turística sirva para pagar a despesa que o turista dá na recolha do lixo; precisamos desse dinheiro porque, quem tem o dever de alimentar o sistema de promoção da nossa ilha, não está a cumprir com as suas obrigações. Na verdade, estamos a lembrar ao senhor Governo e à senhora Assembleia Legislativa Regional, que ficaram com 95% do imposto e vemo-nos agora obrigados a criar uma taxa para podermos pagar o que os senhores não financiam.

Solidarizo-me com a opção da Câmara do Comércio, que precisa mesmo de ter o dinheiro para fazer a promoção, caso contrário não vamos a lado nenhum, mas não me parece muito razoável seguirmos por este caminho em vez de exigirmos o que nos pertence a quem ficou com o resto do dinheiro.

Proponho que o Conselho de Ilha discuta esta matéria e se constitua aqui uma pequena comissão que se encarregue de estudar devidamente os fundamentos técnico jurídicos desta medida, porque só podemos falar nisto no âmbito da aprovação dos orçamentos municipais para 2023, o que acontecerá lá para novembro, e é importante que saibamos como tudo isto vai funcionar.

O que podemos aqui dizer é que, na medida das duas possibilidades, as câmaras municipais hão de se chegar à frente para que o assunto se resolva por esta ou outra via qualquer e a promoção da ilha Terceira não ficará por fazer. Estudemos melhor este assunto para evitarmos criar um equívoco que acabe numa qualquer declaração de inconstitucionalidade.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): A taxa turística poderá ser uma forma de começarmos já a falar e a trabalhar nisto e precisamos também que a causa pública, a *vox pop*, nos ajude a avaliar o que vamos pondo em cima da mesa, porque é importante ouvirmos a opinião das pessoas para que as coisas sejam mais fáceis de executar. Concordo com o professor Álamo de Meneses ao dizer que a taxa turística terá que ser autorizada pelas assembleias municipais e congratulo a Câmara do Comércio por apresentar o tema à discussão.

Lembro a primeira vez que ouvi um rececionista a explicar as razões da taxa turística ao senhor e à senhora que se encontravam à minha frente a fazerem o *check-in* no hotel, dizendo que o respetivo valor seria para a câmara, razões que me convenceram. Vindo mais gente para cá, teremos mais pegada ambiental e uma cidade carregada de turistas

obriga a Câmara a mais trabalhos de manutenção e limpeza. Sendo estes princípios devidamente explicados, facilmente se perceberá que se trata de uma taxa e não de um imposto, sendo uma transferência quase direta. Creio que estive num sítio onde não podia sequer fazer o pagamento da taxa com cartão, tinha que ser em moeda, porque o hotel não pretendia misturar as verbas.

O turismo é benéfico para a nossa economia mas também aumenta as tarefas e os encargos das câmaras municipais. É importante sublinhar que a taxa turística não deve ser considerada um imposto, mas uma ajuda para a nossa promoção. Contudo, a questão dos residentes ou não residentes suscita-me algumas dúvidas porque, turistas são turistas e a pegada ecológica e os custos serão os mesmos, venham eles de outra ilha, de Lisboa ou até da Indonésia. Se a taxa não for aprovada, ao menos discutiu-se o assunto.

Sra. conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): É de enaltecer a posição da Câmara do Comércio ao apresentar iniciativas como esta e devemos exercer aqui uma posição bastante cuidada visto que esta iniciativa será também debatida ao nível regional. Apesar de estarmos a defender a nossa ilha, temos estado a falar de divulgação turística, por isso me parece importante percebermos também a visão do Governo Regional em relação a esta matéria.

Este e os outros assuntos que temos debatido aqui hoje demonstram a nossa capacidade de antecipação, prevendo um futuro diferenciado. A Câmara do Comércio está de parabéns por dar os primeiros passos, deixando o sinal da necessidade de uma reflexão sobre esta matéria. No entanto, e como foi defendido pelo professor Álamo de Meneses, o tema terá que ser debatido, partilhado e trabalhado com alguma cautela nas nossas assembleias municipais para nos salvaguardarmos e evitarmos que se torne prejudicial. Estou certa que conseguiremos igualar-nos aos outros e devemos manter esta visão ampla de que não estamos sozinhos nesta luta e esta será mais uma matéria que acabará por dar frutos.

Sr. conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Sou totalmente a favor da criação de uma taxa municipal de turismo mas talvez seja necessário realizar um estudo profundo, cuja demora poderá até reverter em nosso benefício. A criação imediata dessa mesma taxa seria contraproducente, sobretudo quando, na primeira parte desta reunião do Conselho de Ilha, discutimos a necessidade da atração de turistas, não me parecendo boa ideia, obrigá-los a pagar mais um euro por cada noite que cá ficam.

Devemos consolidar a chegada de turistas e o destino Terceira mas não vamos inventar a roda. Como disse e muito bem o senhor presidente da Mesa, essas taxas turísticas existem já noutros locais, sendo até cobradas à entrada em alguns países, mas não podemos esquecer que são destinos com o seu turismo já consolidado enquanto, na ilha Terceira, estamos em pré consolidação do nosso turismo. Se queremos que isto melhore em termos turísticos, não podemos começar a impor aqui uma taxa.

O professor Álamo referiu e com toda a razão, que os turistas também produzem lixo, mas também ouvi dizer aqui que essa taxa serviria para a nossa promoção, por isso

devemos ter em conta alguma parcimónia para não correremos o risco de aplicarmos uma taxa de turismo municipal em cima de uma outra que possa vir a existir a nível regional. Havendo algum enquadramento jurídico para a aplicação de uma taxa destas, não podemos ter uma taxa municipal e outra regional. Defendo a ideia do utilizador pagador mas não me parece que nos seja possível consolidar um destino turístico para a ilha Terceira, se começarmos a taxar as pessoas que pretendem visitar a nossa terra.

Sr. conselheiro Nuno Melo Alves (AMAH): Quanto a mim e por questões técnicas que não devem ser consideradas de somenos importância, faz todo o sentido que o assunto seja aprofundado e debatido ao nível dos órgãos municipais. A finalidade desta taxa é a promoção do turismo e não, o combate da pegada ecológica, a melhoria do abastecimento de água ou o reforço dos sistemas de recolha de resíduos porque os tarifários municipais preveem já o sistema PAYT com a diferenciação de pagamentos para os que gastam mais água ou produzem mais lixo. Um hotel com um maior número de hóspedes vai pagar mais para compensar o acréscimo de despesas, por isso existem uns tarifários para comerciais e outros para particulares.

As taxas e os impostos existem com a finalidade de um aumento da receita por parte de quem os cria ou de condicionar e reduzir a procura por parte dos destinatários e não podemos fugir a uma análise desta dupla função de uma taxa e de um imposto. Esta proposta é meritória e merece ser analisada e tida em conta como resposta a uma lacuna criada por outras entidades.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): A intenção deste debate seria, justamente, lançar o debate para uma primeira abordagem. Como foi aqui dito por vários intervenientes, há vários aspetos que precisam de ser estudados e aquilo que pudermos fazer não deve impedir a natural e imprescindível pressão que devemos exercer sobre quem tem a responsabilidade direta na promoção turística dos Açores. Concordando em princípio com a taxa, podemos criar aqui um ou outro complemento mais direcionado sem abdicarmos daquilo que deve vir do local certo, não desresponsabilizando quem tem responsabilidades.

Quando se pensa na criação de um gabinete composto pelas câmaras municipais e pela Câmara do Comércio, é realmente necessária uma avaliação profunda de uma série de situações de natureza jurídica e orçamental. É preciso saber de que tipo de gabinete se trata e que receitas terá, e o lançamento da ideia poderá servir de pontapé de saída, dando conta da nossa insatisfação acerca da forma como as coisas estão a decorrer. O Conselho de Ilha e a Câmara do Comércio, preponente desta taxa, dirão como pretendem seguir com o processo, submetendo o assunto às assembleias municipais.

Sra. conselheira Maria Judite Parreira (AMPV): Muito boa tarde senhor presidente da Mesa, senhoras e senhores conselheiros. Não posso estar mais de acordo com esta taxa municipal de turismo mas tenho sérias dúvidas em relação à taxa regional porque não sabemos se as verbas serão distribuídas equitativamente a cada município da região.

Esta é uma taxa que não me custa aceitar porque viajo com alguma frequência, são raras as cidades onde ela não é aplicada e nem por isso deixei de visitar esses locais, pagando na lógica do utilizador pagador. Contudo, e como foi aqui amplamente dito, o assunto merece um trabalho bastante aprofundado. Dando como exemplo, as pessoas de São Jorge ou da Graciosa que venham cá ao médico e ficam alojadas em hotéis, não poderão ter tratamento igual porque as situações são diferentes.

Numa altura em que o turismo está em baixa, há quem opte pelos alojamentos locais e não me parece que os mesmos tenham alguma vontade de aplicar esta taxa. No entanto, e como referiu o professor Álamo de Meneses, sendo aprovada, a taxa não poderá ser posta em prática antes da aprovação do orçamento para 2023, dando-nos tempo para trabalhar o assunto e aproveitar a retoma turística. A ser aplicada esta taxa, que aconteça numa época de outra pujança turística.

Sr. conselheiro Pedro Pinto (CDS-PP): Apesar do mérito louvável da proposta, há que ter o cuidado de não provocar a reação contrária, dando razões a quem já não financia devidamente a nossa promoção turística para encontrar aí uma desculpa para cortar ainda mais naquela que é a obrigação de tratar equitativamente todas as ilhas.

Terá que haver alguma arte e engenho na justificação desta taxa para que não se levantem também algumas questões legais. A isenção dos residentes é louvável, no entanto, tal poderá não ser possível à luz da lei. Sabemos que, em tempos, o Governo Regional conseguiu negociar com Lisboa a isenção dos doentes deslocados e a senhora conselheira Judite Parreira levantou também a questão das pessoas que, por motivo de doença, tenham que ficar hospedadas na nossa ilha. Estamos numa fase muito embrionária da ideia que necessita de ser melhor trabalhada mas o tempo também urge e convém que esse trabalho seja feito de uma forma célere.

Como salientou o senhor presidente da Câmara Municipal de Angra, existe na Assembleia, uma proposta do PAN para a criação de uma taxa turística a nível regional com o objetivo de financiar um fundo ambiental e poderá haver a circunstância da criação de tuas taxas nesta ilha.

É preciso estudar e equacionar muito bem o que se pretende com esta taxa e ter em conta a que está proposta na Assembleia para se perceber também o que dali possa advir em termos de benefícios para a ilha, em complemento ou sobreposição, para se evitar divergências na finalidade que se pretende atribuir a esta taxa. São considerações a tomar com alguma celeridade na implementação desta ideia.

Sr. conselheiro José Azevedo (AAIT): Concordo com a taxa mas discordo da forma como foi apresentada para o fim a que se destina. Pondo-me no lugar do turista, chego ao hotel para passar três noites na Terceira e pedem-me para pagar uma taxa de três euros para promoção turística? Vou pagar três euros para me convencerem a voltar? Quero ter vontade em voltar por tudo o que cá vejo e pela forma como a cidade e a ilha estão cuidadas, tendo a certeza que a minha contribuição serviu para o bem-estar do turista e para uma pegada ecológica neutra.

Defendo uma taxa municipal ou referente à pegada ambiental, sendo cobrada pelo município através da sensibilizando dos turistas à chegada com a entrega de um panfleto. O turista vai deixar pegadas ao percorrer trilhos e visitar monumentos naturais. Sabendo o que está a pagar, ficará mais sensibilizado e procurará poluir menos enquanto cá estiver.

Talvez fosse melhor a aplicação de uma taxa regional e acho muito bem que seja a Câmara do Comércio e a ilha Terceira a darem o mote, mas defendo que deve ser o Governo Regional a apoiar esse trabalho. Pagando, o turista não se vai sentir bem e não ficará convencido a voltar. No entanto, sabendo que vai contribuir para uma cidade mais limpa e um melhor cuidado e preservação das zonas por onde passou, neutralizando a sua pegada ecológica, o turista terá prazer em pagar porque verá um melhor fundamento na aplicação desta taxa.

Sr. conselheiro José Pimentel Dias (UGT): Com a minha intervenção não quis abordar a legalidade da criação desta taxa. A questão é, como é que uma Câmara do Comércio que se insurge quanto à quantidade de impostos e taxas existentes no território, promove a discussão de um tema destes, atirando para cima da mesa a possibilidade da criação de mais uma taxa. Neste país já temos demasiadas taxas e vamos criar mais uma? Qualquer dia temos taxas ao nível das freguesias! O que se pretende é que os cidadãos paguem, paguem, paguem? Sou frontalmente contra porque o dinheiro está melhor no bolso do cidadão do que nos cofres das entidades públicas. Peço desculpa. Muito obrigado.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Começando pelo fim e esclarecendo o senhor conselheiro José Pimentel Dias, percebo a sua posição na defesa do cidadão turista mas sou empresário, aplico a taxa aos cidadãos e não às empresas. Enquanto representante da Câmara do Comércio, o meu objetivo é defender e não onerar as empresas e foi nessa perspetiva que apresentei a proposta desta taxa.

Sabemos perfeitamente que esta questão implica muito estudo e ponderação e esta taxa não seria aplicada em 2023 porque temos ainda que aguardar pela votação e aprovação dos orçamentos municipais em novembro. Se esta proposta fosse apresentada apenas daqui a quatro ou cinco meses, em junho, julho ou agosto, não teríamos tempo para nada e adiaríamos a questão por mais dois ou três anos porque as assembleias municipais, provavelmente solicitariam o tal estudo que ainda vamos a tempo de fazer.

Foi aqui dito que não devemos retirar ao Governo Regional, a responsabilidade de promover o destino mas estamos a ver onde isso nos levou. Se não fosse a Câmara do Comércio e as câmaras municipais a fazerem esse trabalho, cujo resultado agrada a toda a gente, ninguém mais o faria. Não vamos retirar responsabilidades ao Governo Regional mas também não ficaremos à sua espera.

A promoção do destino cabe à Câmara do Comércio mas as câmaras municipais terão a seu cargo, por exemplo, a sinalética turística, a conservação dos espaços e a questão ambiental entre muitas outras situações. Levantei a questão que mais me preocupa mas nunca disse que a taxa turística se destinaria a 100% para promoção turística, um papel

que cabe às câmaras municipais, retirando verbas dos seus orçamentos. A taxa servirá para a sensibilização e compensação da pegada ecológica, para os resíduos, para a sinalética turística, para a melhoria das vias, etc.

Em nome da Câmara do Comércio, o que me preocupa é a promoção e o lançamento deste debate em tempo útil, cabendo às câmaras municipais a discussão da referida taxa, cuja aplicação pode até não ser possível, e fiquei muito satisfeito pelo facto de, à exceção do senhor José Pimentel Dias, a grande maioria dos conselheiros se ter mostrado a favor de um estudo devidamente fundamentado do ponto de vista jurídico para percebermos também de que forma pode ou não ser aplicada a isenção da taxa aos cidadãos residentes.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, dou conta que foi aprovada por unanimidade a anexação do texto da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo ao parecer final deste Conselho de Ilha que será enviado para os endereços eletrónicos dos senhores conselheiros para as alterações que entenderem necessárias.

A reunião extraordinária do Conselho de Ilha deu-se por encerrada por volta das 13h10m do dia 23 de fevereiro de 2022, da qual se elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira.

O presidente da Mesa

Marcos Duarte Machado do Couto

Ponto Único – Pronúncia, por iniciativa própria, sobre assuntos de interesse para a ilha Terceira e para o concelho de Angra do Heroísmo em particular.

A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua reunião extraordinária de 04 de fevereiro de 2022, analisou, ao abrigo da alínea n) do artigo 2.º do seu Regimento, a situação relativa aos transportes aéreos e marítimos e às respetivas infraestruturas de apoio, bem como as suas implicações, em particular, para o concelho de Angra do Heroísmo, mas também para a Ilha Terceira e para o interesse geral dos Açores.

Considerando que passou mais de um ano sobre a tomada de posse do XIII Governo Regional dos Açores e mais de três anos sobre a anterior pronúncia, que potenciou a resolução de algumas das questões abordadas, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo entende ter chegado o momento de, com a máxima urgência, uma vez que os prejuízos para as pessoas e para a economia do concelho, da ilha e dos Açores a isso obrigam, pronunciar-se acerca do seguinte conjunto de situações atuais que exigem, por parte do Governo Regional dos Açores e do Governo da República, as indispensáveis soluções:

I – TRANSPORTES AÉREOS

a) O Governo Regional deve reforçar as ligações aéreas diretas da ilha Terceira com o estrangeiro, minimizando a disparidade de voos internacionais existente em relação a outra das Gateways da Região. Veja-se que enquanto para o aeroporto de Ponta Delgada as ligações são de 22 origens de voos, por 10 companhias, para o aeroporto das Lajes temos uma desproporção enorme evidenciada por apenas 3 companhias e 5 origens de voos. Das novas rotas anunciadas para o verão IATA 2022, Terceira-Londres e Ponta Delgada-Londres / Paris / Nova Iorque, apenas 5% das frequências (8 em 150) e dos lugares disponíveis (1.440 em 25.480) têm por destino as Lajes. Esta desproporção não tem explicação na diferença de população entre as ilhas. É, portanto, essencial a canalização de voos para a Ilha Terceira, uma vez superadas as restrições que impediam o uso potencial do aeroporto das Lajes, assim se assegurando o efetivo aproveitamento da centralidade natural e sustentável da Ilha Terceira, abrindo alternativas melhores ao encaminhamento de passageiros e permitindo ainda o alavancamento do turismo nesta ilha e nas restantes ilhas dos Açores.

- b) O Governo Regional deve investir na divulgação correta da Certificação Civil do Aeroporto das Lajes junto de todas as entidades nacionais e internacionais, através dos canais próprios, bem como desenvolver ações que promovam a angariação de novos fluxos turísticos para a ilha Terceira, junto das companhias aéreas e operadores turísticos.
- c) O Governo Regional deve, de imediato, avaliar o impacto provocado pela liberalização dos transportes aéreos, entre o exterior e os Açores, no preço das passagens inter-ilhas e na alteração das centralidades e, em consequência, definir as necessárias medidas compensatórias à garantia de acessibilidade de não residentes de e para todas as ilhas (vulgo encaminhamentos).
- d) O Governo Regional deve estudar, de imediato, a oferta de uma tarifa turística que estimule a circulação de não residentes pelo arquipélago.
- e) O Governo Regional deve assegurar tarifários competitivos no Aeroporto das Lajes, nas ligações entre as ilhas e com o Continente, tornando o aeroporto atrativo para as companhias aéreas e operadores turísticos.
- f) O Governo Regional deve antecipar uma solução para a manutenção das ligações aéreas low-cost para a Ilha Terceira, uma vez que é do conhecimento público que o Governo da República não continuará a financiar a operação da Ryanair.
- g) O Governo Regional deve assegurar o serviço de um avião cargueiro inter-ilhas para garantir o escoamento e a distribuição da carga aérea.

II - TRANSPORTES MARÍTIMOS

- a) As ilhas do Grupo Central e Ocidental no seu conjunto têm uma população que ultrapassa os cem mil habitantes. Como tal, o progresso económico e o desenvolvimento das mesmas exige um reforço e melhoria das ligações marítimas entre elas, de modo a permitir o transporte regular e estável de pessoas, viaturas e mercadorias, valorizando assim a vocação produtiva das ilhas e a interação

unificadora e criativa das populações, na construção de um verdadeiro mercado interno.

b) As ligações inter-ilhas são, como foram no passado, cruciais e o Governo Regional deve retomar o transporte marítimo assegurado de forma regular e previsível em todo o arquipélago, mantendo todas as linhas que permitam ligar a Ilha Terceira às restantes ilhas da Região, complementares ao transporte aéreo, potenciando o mercado interno e contribuindo para criar economias de escala, alavancar a economia e aumentar emprego.

c) Nos termos do compromisso assumido, o Governo Regional deve promover a imediata ampliação do Porto da Praia da Vitória, permitindo a sua utilização enquanto Cais de Cruzeiros, realizando os trabalhos preparatórios atempadamente, para que a empreitada arranque em 2023.

d) O Governo Regional deve construir uma gare de passageiros adequada às condições de operacionalidade do Porto de Pipas, dinamizando a centralidade deste para o transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas e nas diferentes linhas.

e) O Governo Regional deve rever o atual modelo de transporte marítimo de mercadorias entre os Açores e Portugal continental e também inter-ilhas de modo a potenciar as ligações diretas com a Praia da Vitória, adotando para o efeito uma política competitiva de tarifas portuárias. O Governo da República deve integrar o porto da Praia da Vitória nas autoestradas marítimas europeias potenciando a centralidade histórica da Ilha Terceira nas rotas atlânticas.

f) O Governo Regional, no seguimento da instalação, em 2020, da segunda grua portuária, deve continuar a equipar o porto da Praia da Vitória e os restantes portos do Grupo Central com as gruas e os equipamentos necessários ao eficiente e competitivo manuseamento de cargas.

g) O Governo Regional deve utilizar as melhorias preconizadas nos pontos anteriores para promover o investimento produtivo nas zonas industriais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

III - QUESTÕES RELACIONADAS COM OS TRANSPORTES

- a) O Governo da República deve potenciar melhorias no transporte de carga aérea entre o continente e as ilhas, selecionando, em articulação com o Governo Regional, a intervenção mais adequada à prestação de serviço de qualidade: a liberalização parcial de rotas ou a divisão dos Açores em zonas que sejam mais apetecíveis em termos de concurso público.

- b) O Governo da República através da ANACOM deve exigir prazos mais curtos para a entrega da carga postal em todas as ilhas da região, fazendo-a convergir para os padrões internacionais de referência.

- c) O Governo da República deve criar condições com os CTT para a retoma do desalfandegamento postal na ilha Terceira.